



1 ATA DA REUNIÃO Nº 048 (nº09/2015) DO  
2 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO  
3 PARANÁ - CAU/PR, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO  
4 DE 2015, NA SALA DE EVENTOS DO HOTEL  
5 WYNDHAM GOLDEN FOZ SUITES, NA CIDADE DE FOZ  
6 DO IGUAÇU-PR.

7  
8 Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, na  
9 Sala de eventos do Hotel Wyndham Golden Foz Suítes, sito a Rua Rui Barbosa, 394, Centro,  
10 na cidade de Foz do Iguaçu-PR, realiza-se a Sessão Ordinária nº 048/2015 (09/2015), do  
11 Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR -  
12 Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu, Andressa Fabiana de Oliveira - Assistente  
13 de Plenária do Conselho Ad hoc. A Sessão contou com a participação dos seguintes  
14 Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas: **ANDRÉ LUIZ SELL, ANÍBAL VERRI JUNIOR**  
15 **BRUNO SOARES MARTINS, GIOVANI GUILHERMO MEDEIROS, IDEVAL DOS SANTOS FILHO,**  
16 **IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, JEFERSON DANTAS NAVOLAR, LEANDRO TEIXEIRA COSTA,**  
17 **LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, MARGARETH ZIOLLA MENEZES, NESTOR DALMINA,**  
18 **RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES, RONALDO DUSCHENES.**.....

19 Participaram, ainda, da presente Sessão, os Conselheiros Suplentes, Arquitetos e Urbanistas  
20 **ANTÔNIO CARLOS ZANI, ENEIDA KUCHPIL, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, MILTON CARLOS**  
21 **ZANELATTO GONÇALVES, VANDERSON DE SOUZA AZEVEDO.**.....

22 Ficam justificadas, de acordo com o 20º Artigo da Seção I, do Capítulo III, do Regimento  
23 Interno do CAU/PR, a ausência dos Conselheiros Arquitetos (as) e Urbanistas Conselheiro  
24 **ALESSANDRO FILLA ROSANELI, CARLOS DOMINGOS NIGRO, CARLOS HARDT, CRISTIANE**  
25 **BICALHO DE LACERDA, e ORLANDO BUSARELLO** .....

26 Presentes, também, nesta Sessão, os Assistentes contratados, a saber: o Assessor de  
27 Comunicação, Antônio Carlos Domingues da Silva; o Analista Geral, Paulo Roberto Sigwalt; o  
28 Coordenador Jurídico, Augusto Vianna Ramos; a Assessora Jurídica, Claudia Cristina Taborda  
29 Dudeque; o Assessor Financeiro, Nilto Roberto Cerioli; o Analista de Compras, Alex Sandro  
30 Monteiro; e eu, Assistente de Plenária Ad hoc, Andressa Fabiana de Oliveira. ....

31 **I REUNIÃO DAS COMISSÕES:** As Comissões reuniram-se durante o período da manhã, das  
32 nove às doze horas, com intervalo de quinze minutos para *coffee-break*. ....

33 **II QUÓRUM:** Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o 101º  
34 Artigo do Regimento Interno do CAU/PR, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão,  
35 segundo Pauta apresentada. ....

36 **III HINO NACIONAL:** Após o Hino Nacional, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR inicia a  
37 plenária agradecendo o Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA e o convida para  
38 compor a mesa como anfitrião uma vez que a plenária está sendo realizada na cidade de Foz  
39 do Iguaçu, cidade onde o conselheiro reside. Na ocasião o Presidente informa que na  
40 presente data no período da noite ocorrerá no salão de eventos do Hotel Wyndham Golden  
41 Foz Suítes, uma palestra ministrada pelo Conselheiro e vice-presidente do CAU/PR IRÃ JOSÉ  
42 TABORDA DUDEQUE, onde o mesmo irá falar sobre o tema “Vilanova Artigas – comemorando  
43 o centenário”; o presidente também agradece o Conselheiro ANTONIO CARLOS ZANI, por ter  
44 se deslocado para estar presente nesta reunião, explicando que o conselheiro esteve



45 afastado por um tempo, mas que agora está em plena recuperação; e prossegue com a  
46 apresentação do conteúdo da pauta que será discutida durante a sessão plenária do  
47 Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná. ....

48 **IV ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a Ata  
49 correspondente a Sessão Ordinária nº 047 (08/2015) de 24/08/2015; tendo dois destaques  
50 de correção ortográficas feita pelo Conselheiro Titular Giovanni Guilherme Medeiros que  
51 informa que na linha 793 está escrito "cursos de especificações" onde deve ser "cursos de  
52 especializações"; e na linha 101 está sendo utilizado "se" e o correto é a palavra "seria"....

53 **V PAUTA:** Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a Pauta da Reunião Ordinária  
54 nº 048, nona Reunião Ordinária de 2015 do CAU-PR, com Extra pauta. ....

55 **VI APRESENTAÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS:** .....

56 **1 Correspondências recebidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências recebidas,  
57 01(um) enviada do CAU/SC destinado à Presidência do CAU-PR, 06 (seis) são oriundas de  
58 remetentes diversos, destinados à Presidência do CAU/PR; os setores de Fiscalização;  
59 Jurídico; Comunicação; Financeiro; e Atendimento não apresentaram listagem.....

60 **2 Correspondências expedidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências expedidas,  
61 02 (dois) ofícios enviados à presidência ao CAU/BR; 02 (dois) são oriundos da Presidência a  
62 remetentes diversos; 07 (sete) foram remetidos pelo setor de Fiscalização; 54 (cinquenta e  
63 quatro) foram encaminhados da Assessoria Jurídica; não há (zero) expedição de ofício pelo  
64 Setor de Atendimento; pela Assessoria de Comunicação e Setor Financeiro.....

65 **VII DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS:**.....

66 Os processos foram distribuídos para relatoria na Reunião das Comissões, realizada no  
67 período da manhã, entre nove e doze horas.....

68 **VIII ORDEM DO DIA:** .....

69 **1 Palavra do Presidente: Resolução do CONFEA nº1048, Queda de Arrecadação,**  
70 **Questionário Câmaras Técnicas por Regional, Plano de Fiscalização, Semana da Arquitetura,**  
71 **Auto Vistoria e Coordenação de Comissões.**.....

72 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR inicia falando da última reunião de plenária do  
73 CAU/BR que ocorreu na cidade de Brasília e contou com a presença dos presidentes dos  
74 CAU/UF e de conselhos federais. Na ocasião do relato, o Presidente JEFERSON DANTAS  
75 NAVOLAR justifica a ausência do Conselheiro Federal MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, dizendo  
76 que o Conselheiro viria para esta plenária do CAU/PR, porém sua agenda estava apertada e o  
77 mesmo enviou o seu relato que será apresentado pelo presidente do CAU/PR; prosseguindo  
78 informa que em contato com a Assessoria Jurídica do CAU/BR questionou como estavam as  
79 manifestações quanto à resolução de nº 51, e às questões jurídicas que estavam envolvendo  
80 o CAU/BR e os CAU/UF, perguntando também qual era a manifestação que o CAU/BR tinha  
81 feito em relação aos dois documentos que estão sendo utilizados pelo CREA/Paraná na  
82 tentativa de convencer os prefeitos, as secretarias municipais das atribuições dos  
83 engenheiros. Os documentos são a Resolução nº 1048 do CONFEA (ANEXO I) que tem sido  
84 bastante utilizada nos documentos do CREA e também a mais recente Decisão Normativa  
85 nº106 do CONFEA (ANEXO II) que define projeto, sempre tendo como base as Resoluções  
86 anteriores do sistema Confea/CREA. Esta normativa define a "Arquitetura como um  
87 subprojeto do projeto básico"; o Presidente manifesta-se dizendo que: "para nós que somos  
88 *experts* de projeto aceitar pacificamente que arquitetura é um subprojeto de projeto



89 básico é difícil, nem que seja só como semântica”. Informa ainda que o nome oficial deste  
90 documento é Instrução Normativa, que normatiza uma antiga Resolução, ou seja, é um texto  
91 explicativo que deveria ser utilizado no âmbito interno do sistema Confea/CREA, porém não  
92 é o que está acontecendo, pois a mesma esta sendo encaminhada para as Prefeituras e para  
93 as Secretarias afins dos municípios. Sobre o questionamento, a resposta da Assessoria  
94 Jurídica do CAU/BR e do Presidente Haroldo Pinheiro, é que ambos consideram a Resolução  
95 nº 1048 irrelevante e que não merece ser contestada juridicamente. O Presidente JEFERSON  
96 DANTAS NAVOLAR ressalta que sua manifestação foi no sentido de dizer que esses  
97 documentos estão sendo utilizados livremente no sentido de defesa ou na transferência da  
98 atribuição de projetos de arquitetura para a engenharia, e que assim como o Confea e o  
99 CREA e outras entidades mais robustas do sistema Confea/CREA questionaram judicialmente,  
100 ato contínuo, da publicação da Resolução nº 51, por que o CAU não deve então questionar  
101 esta Instrução Normativa correspondente ao sistema Confea/CREA? E afirma justificando que  
102 sem essa contestação toda manifestação, toda aproximação, todo o questionamento do CAU  
103 junto às Prefeituras ficaria fragilizado. O Presidente levanta a questão dizendo que trouxe  
104 consigo o compromisso de trazer a essa Plenária a perspectiva, caso a plenária ache  
105 importante esse questionamento, sabendo que o CAU/BR não vai tomar atitude e que  
106 nenhum outro CAU/UF tomou até agora, se o CAU/PR deve ou não produzir uma peça  
107 jurídica e questionar na justiça a validade desses dois documentos; e complementa: “Mesmo  
108 que não tenhamos sucesso, Conselheiros, mas pelo menos nós estaríamos cumprindo nosso  
109 papel, estamos questionando a quem de direito, a quem produz leis, a quem interpreta lei a  
110 posição de nos dizer, se realmente esse documento é parcial, ele é relativo, ele interfere, tem  
111 uma definição equivocada do que é projeto, merece ser revisto. Eu trago essa manifestação  
112 no sentido de uma reflexão e de uma possível tomada de posição; e finaliza dizendo que  
113 gostaria de uma manifestação dessa plenária sobre sim ou não em relação a avançar nesse  
114 questionamento seja inicialmente extrajudicial, ou judicialmente. O Presidente cita o caso  
115 que o CAU/PR esta tratando com a COPEL, onde a mesma estava negando os RRTs de projeto  
116 e execução de Instalações Elétricas de Baixa Tensão, o CAU/PR protocolou um parecer junto  
117 a COPEL, que respondeu com outro documento dizendo que uma câmara especializada do  
118 CREA tirava as atribuições dos arquitetos; o CAU/PR respondeu que não iria considerar este  
119 documento, e que se não fosse acatado o parecer, o CAU/PR entraria com um processo  
120 judicial; até o momento a COPEL passou a aceitar os documentos dos arquitetos e não  
121 questionou o parecer do CAU/PR. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR abre a palavra à  
122 plenária para que o assunto seja discutido. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS  
123 manifesta-se dizendo: “Bom, acho que acabei já me manifestando a respeito disso em um e-  
124 mail que foi enviado logo após a publicação desse documento do CREA onde acho que o  
125 maior erro do CAU é não ter caracterizado o “projeto arquitetônico” logo que efetivamente  
126 saiu a Resolução 51. Sempre imaginamos e acho que todas as vezes que essas conversas  
127 vieram, que o CREA tentaria de certa forma descaracterizar a ideia de projeto de arquitetura  
128 para que os demais profissionais continuassem fazendo. Então eu acho que a primeira  
129 grande falha do CAU/BR nessa situação é não ter, de certa forma, caracterizado o projeto  
130 arquitetônico, então esperou que o CONFEA fizesse e a partir do momento que eles fazem,  
131 não questiona, quer dizer, em minha opinião, esse questionamento já deveria ter sido feito  
132 há muito tempo pelo CAU/BR”; porem o Conselheiro acredita que não cabe ao Presidente do



133 CAU/BR enviar uma carta pedindo esclarecimento ao Presidente do CONFEA. O Conselheiro  
134 Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE parabeniza a iniciativa do Presidente do CAU/PR pela  
135 proposta, acreditando que dificilmente o CAU chegará a um acordo verbal com o CONFEA em  
136 relação ao assunto discutido, e ressalta que muitas vezes o jurídico é entendido como “uma  
137 coisa antipática”, quando na verdade o jurídico é um sistema democrático, um foro neutro  
138 de debate; e explica que se existem dois lados com opiniões diferentes, e ambos não  
139 chegaram a um acordo, é preciso encaminhar a discussão para um fórum neutro; e  
140 complementa: “nesse caso o fato é, chega um ponto onde não resta outra opção se não  
141 judicializar”; o Conselheiro considera a Decisão Normativa do CONFEA muito confusa, uma  
142 vez que ele baseia-se em documentos que ele próprio produziu; e finaliza: “é preciso  
143 desmontar tudo isso e é lógico que esse desmonte só pode se dar em um fórum neutro.  
144 Então se o CAU/BR não faz isso, alguém tem que fazê-lo. E eu acho até bom que seja o  
145 CAU/PR, porque aí nós assumimos uma postura de vanguarda frente ao conjunto dos  
146 arquitetos brasileiros”. O Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES expõe sua opinião  
147 dizendo que para ele a Decisão Normativa nº106 é completamente “absurda e sem nexos”;  
148 pois não concorda com a forma como foi definido o Projeto básico e o Projeto Arquitetônico,  
149 onde o “Projeto Arquitetônico consiste em uma subcategoria tipificada do Projeto Básico”. O  
150 Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES diz que: “isso não é mais  
151 uma visão técnica, o CREA já perdeu na técnica faz muito tempo, isso é uma decisão muito  
152 mais política” e que em seu ponto de vista é o tipo de coisa que é “picuinha” do CREA que a  
153 cada momento tenta inventar algum subterfúgio para tentar prevalecer à questão do  
154 projeto; e finaliza dizendo que: “Então para mim isso é uma decisão política e a gente tem  
155 que comprar essa briga e dizer que vão fazer dez, nós vamos caçar onze, vão fazer vinte, nós  
156 vamos caçar vinte e um, que não vamos nos dar por vencidos por toda hora... não interessa  
157 se toda hora tiver que ir para a justiça, se tiver que ir para a mídia, é uma batalha que tem  
158 que ser lutada, essa é uma luta que vale a pena ser lutada. Então acho que é importante o  
159 CAU manter essa posição e brigar até fim”. O Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR  
160 sugere solicitar juridicamente, e pedir que a justiça faça uma comparação com as Resoluções  
161 que regulamentam as atividades de Arquiteto e Engenheiro de ambos os Conselhos, para fim  
162 de sanar as atividades de sombreamento desses profissionais. O Presidente JEFERSON  
163 DANTAS NAVOLAR lembra os Conselheiros que, a última movimentação jurídica do CAU/PR  
164 onde o CREA, na tentativa de derrubar a Resolução nº51, recebeu da justiça o seguinte  
165 alerta: a lei 12.378/10 prevê Resoluções em conjunto e enquanto não houver Resoluções em  
166 conjunto, o CREA legisla sobre engenharia, o CAU legisla sobre a arquitetura, e os dirigentes  
167 que não atenderem a lei estão sujeitos a improbidade administrativa; o Presidente completa  
168 dizendo que existe uma clara tentativa de avançar nas atribuições, pois o CREA não está  
169 legislando sobre projeto de engenharia, e sim estão legislando textualmente sobre  
170 arquitetura e urbanismo. A Conselheira Titular MARGARETH MENEZES solicita a palavra e  
171 manifesta-se dizendo: “como Conselheiros do CAU, todos nós temos um papel aqui, cada um  
172 de nós representa todos os arquitetos do nosso estado. E se nós não fizermos nada, você tem  
173 uma responsabilidade muito grande de não tomar essa atitude. “Vocês não viram isso?”. A  
174 gente escuta sempre isso aí. “Vocês estão lá, vocês não leram isso aqui, vocês não viram  
175 isso?”. Então nós temos uma responsabilidade além de tudo, independente de que vá se  
176 entrar juridicamente, para com os nossos colegas arquitetos. E nós temos que ter um





177 posicionamento sempre, como disse o nosso colega Milton, independente de outras  
178 tentativas, seja onde for, nós temos que objetivamente pensar, isso faz parte inclusive de  
179 colocar para a população quem somos nós através até de todas essas entradas que nós  
180 dermos na justiça, a gente até ter uma pauta paralela para explicar para a população o que é  
181 a nossa profissão. Você tem isso aí até como uma abertura de pauta para conversar e a gente  
182 não pode se eximir em hipótese alguma de entrar com esse processo, nós não temos esse  
183 direito”. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE argumenta que, assim que a  
184 resolução de nº51 do CAU entrou em vigor, o CREA/CONFEA entraram na justiça em  
185 aproximadamente vinte estados do país simultaneamente, por tanto o CAU deveria entrar o  
186 quanto antes na justiça a respeito da Decisão Normativa de nº106 do CONFEA. Com a palavra  
187 o Presidente entende que a plenária é favorável a alguma manifestação do Conselho, e  
188 informa que os dois documentos serão encaminhados para Assessoria Jurídica do CAU/PR  
189 para que seja analisado de forma minuciosa, no menor prazo possível, para que por fim seja  
190 enviado aos Conselheiros uma manifestação de quais os caminhos o CAU/PR deve tomar de  
191 forma objetiva para reverter a situação. Dando sequência na pauta o Presidente comunica  
192 que na próxima plenária que será realizada na cidade de Curitiba, irá coincidir com a Semana  
193 da Arquitetura, sendo esta a terceira edição que o CAU/PR realiza; o Presidente solicita que  
194 todos os Conselheiros se organizem para estarem presentes e ajudarem a construir a Semana  
195 da Arquitetura; informando que cabe a ele e aos outros arquitetos que compõe o CAU/PR  
196 concluir a versão inicial do que é o Plano de Fiscalização do CAU/PR, tendo um  
197 encaminhamento teórico que estão sendo acompanhados, os pareceres jurídicos em relação  
198 às atribuições, a abertura de sete câmaras técnicas que coincidem com as comissões, a  
199 eleição de quase 100 (cem) Agentes em todo o estado que tem a responsabilidade de ajudar  
200 o Conselho a fazer essas atribuições chegarem perto da sociedade, o CAU/PR tem 5 (cinco)  
201 Escritórios Regionais funcionando no estado; sendo uma série de iniciativas tomada que  
202 devem ser consolidadas em um projeto, em uma proposta; e continua dizendo que isso esta  
203 sendo feito via sistema de georeferenciamento, e que no momento que for concluído o  
204 georeferenciamento das iniciativas de fiscalização em relação as 7 (sete) atribuições, o  
205 CAU/PR terá um conteúdo completo para apresentar a sociedade, e que o mesmo pretende  
206 fazer na Semana da Arquitetura. O Presidente informa que convocou o Conselheiro NESTOR  
207 DALMINA para ajudar no encaminhamento junto à Assembleia do Estado do Paraná, um  
208 projeto de lei cuja aplicação está sendo muito bem-sucedida no estado do Rio de Janeiro,  
209 que é o chamado “Projeto de Auto Vistoria”, explicando que a partir dos últimos  
210 arruinamentos ocorridos no centro da cidade do Rio de Janeiro, houve uma movimentação  
211 muito grande, e que esse projeto dormia nas gavetas da Assembleia, e com essa motivação  
212 foi rapidamente aprovado e consiste basicamente que todos os condomínios rurais ou  
213 urbanos, comerciais ou habitacionais tenham que produzir “Auto Vistoria” em um  
214 determinado prazo, tendo sempre a responsabilidade de um arquiteto e de um engenheiro;  
215 e complementa que é uma atitude extremamente proativa, correta no sentido de fazer  
216 manutenção preventiva e ter sempre um laudo de um engenheiro ou de um arquiteto à  
217 frente disso; e que irá convidar para vir a Curitiba o Deputado Estadual que fez essa  
218 apresentação na Assembleia do Rio de Janeiro ou o Secretário de Urbanismo que a  
219 implantou, para criar um fato político e ajudar o CAU/PR a levar essa pauta que esta sendo  
220 construída à Assembleia legislativa. Finalizando o presidente explica que a CPFi irá detalhar o



221 assunto, mas antecipa dizendo que a arrecadação esta caindo visivelmente e conclui: “temos  
222 que tomar decisões hoje em relação ao orçamento 2016, a comissão está acatando a posição  
223 do financeiro de não adotar os índices de reajuste propostos como possíveis para o ano que  
224 vem, vamos ser mais precavidos, temos que ser mais pessimistas possíveis em um  
225 planejamento real do ano de 2016 para que não possamos ser surpreendidos com uma  
226 queda que venha a se manter para o ano que vem”. Sem mais, o Presidente encerra a  
227 palavra, dando início aos relatos das comissões. ....

## 228 **2 Relato das Comissões.**.....

### 229 **2.1 Relato da Comissão de Exercício Profissional –CEP** .....

230 Com a palavra o Coordenador da LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA inicia o relato  
231 apresentando a Pesquisa Data Folha sobre o “Entendimento em relação as atribuições do  
232 Arquiteto e Urbanista”, (ANEXO III) a apresentação contem 114 slides, porém foi feito um  
233 resumo dos temas mais polêmicos; onde foi realizado alguns testes e conceitos com os  
234 grupos de trabalho divididos por classe A, B, C; por exemplo: conhecimento do CAU;  
235 entendimento da população junto ao CAU; reserva técnica e considerações finais. A pesquisa  
236 mostra que em cada grupo, pelo menos duas ou três pessoas já fizeram uma construção ou  
237 reforma, e que do grupo A/B1 uma pessoa utilizou serviços de arquitetos; segundo a  
238 pesquisa a dificuldade dos entrevistados para construir ou reformar se encontram na “mão  
239 de obra qualificada”, “falta de comprometimento dos profissionais”, “quantidade de  
240 material”, “material de qualidade”, “orçamento e previsão de gastos”, “prazo durante a  
241 obra”, “planejamento”, “cronograma” entre outros; a pesquisa mostra que a grande maioria  
242 dos entrevistados contratam um pedreiro ou um mestre de obra antes de contratar um  
243 arquiteto, os motivos são, o fácil acesso de conseguir indicação, opção mais barata e  
244 desconhecimento de alternativas. Os dados mostram que de 100% (cem por cento) das  
245 pessoas que já construíram ou reformaram, 85% (oitenta e cinco por cento) contrataram  
246 pedreiro, mestre de obra ou autoconstruíram, e 15% (quinze por cento) contrataram  
247 arquiteto ou engenheiro; visto por escala de contratação, primeiramente é contratado  
248 mestre de obra ou pedreiro, outros autoconstroem, por penúltimo fica a contratação de  
249 engenheiro, e por último a contratação de arquiteto urbanista; o Coordenador da CEP expõe  
250 sua opinião dizendo que: “Devemos fazer o trabalho de confrontar aqueles números do  
251 CAU/BR, os números internos de RRT e, olhando essa pesquisa feita na sociedade, dá uma  
252 faixa de mercado inexplorado gigantesco, alguma atitude tem que ser tomada para que a  
253 seja explorada. Temos bons números dentro do CAU/BR e agora está vindo um reflexo da  
254 sociedade, fora do CAU, então tem uma fatia de quase 80% (oitenta por cento) que está  
255 inexplorada em exercício profissional”. A pesquisa mostra que de 10 (dez) brasileiros, apenas  
256 um contratou arquiteto urbanista para serviço de construção ou reforma; a pesquisa revela  
257 que os participantes que utilizam serviços de arquitetos são das classes sociais mais altas; o  
258 principal motivo para esse tipo de contratação é a indicação. A pesquisa faz um comparativo  
259 com os profissionais da área de engenharia, alguns participantes deste estudo mencionaram  
260 que consultaram ou contrataram engenheiro, os motivos para essa decisão foram  
261 “desconhecer outro profissional capacitado”, “conseguir a assinatura do responsável  
262 técnico”, e “indicação”; o Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA comenta  
263 que outra polêmica que a pesquisa destaca é o que a população entende sobre projeto  
264 arquitetônico, pois a pesquisa revela que alguns dos entrevistados acreditam que o projeto



265 arquitetônico seja: “o planejamento financeiro, custo durante a obra”, “é só um desenho”, “é  
266 a planta baixa com as medidas” entre outros. Os números apontaram um índice muito baixo  
267 da população que usa o trabalho do arquiteto; segundo a pesquisa, mais da metade da  
268 procura pelo profissional se dá por indicação, depois por meios de pesquisa de obras e  
269 internet; 73% (setenta e três por cento) da classe A e B contratam por indicação de amigos  
270 ou parentes, 8% (oito por cento) são das prefeituras, 6% (seis por cento) pesquisam na  
271 internet, 4 % (quatro por cento) pela construtora, 3% (três por cento) por meio de loja de  
272 material de construção, 2 % (dois por cento) por meio de divulgação em revista, 2 % (dois por  
273 cento) por meio de propaganda na televisão, 2% (dois por cento) trabalha na área, 2% (dois  
274 por cento) por meio de lista telefônica, e 2% (dois por cento) por meio de indicação do  
275 engenheiro/corretor. A pesquisa revela que pelo entendimento da população entrevistada, o  
276 arquiteto é responsável pelo planejamento, projeto, acabamento e principalmente para  
277 decoração; sendo que para as outras etapas depende muito do tipo de obra a ser executada.  
278 O Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES observa que nesta pesquisa fica claro  
279 que a sociedade interpreta o engenheiro como um profissional que desenvolve projeto. O  
280 Coordenador da Comissão ressalta que no entendimento da população projeto e execução  
281 de obra é praticamente exclusivo da classe do engenheiro, e que a pesquisa mostra que o  
282 Conselho de Arquitetura e Urbanismo ainda é pouco conhecido entre os entrevistados; a  
283 entrevista mostra alguns comentários feitos referente ao CAU como por exemplo: "tinha  
284 ouvido falar mais ou menos, mas não sei o que é"; "Já ouvi falar no rádio algumas coisas";  
285 "nunca ouvi falar, e segundo os dados da pesquisa apenas 14% (quatorze por cento) dos  
286 entrevistados tem conhecimento sobre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo; o  
287 Coordenador comenta que muito entrevistados ainda fazem alusão dos arquitetos  
288 pertencendo ao CREA, e acredita que isso é uma surpresa a todos do CAU; pois foi  
289 encomendado esta pesquisa e os números estão indo na contramão do trabalho que está  
290 sendo executado. Dando continuidade na apresentação da pesquisa, o Coordenador da CEP  
291 comenta que outro tema polêmico que foi levantado foi sobre a “Reserva Técnica”; após ter  
292 sido explicado aos entrevistados sobre o que é a reserva técnica, como ela funciona, em que  
293 meio ela está implantada; 64% dos entrevistados acreditam que é uma forma de trabalho;  
294 porém quando é falado sobre o profissional receber comissão em dinheiro para a indicação,  
295 o posicionamento dos entrevistados mudam, e 54% (cinquenta e quatro por cento) é contra  
296 a esta prática, sendo que o maior índice de discordância foi nas classes A e B com nível  
297 superior. O Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA solicita que a pesquisa  
298 completa seja enviada aos *e-mails* dos conselheiros para que todos possam analisar com  
299 calma. Dando sequência é apresentado o Questionário das Câmaras Técnicas do CAU/PR  
300 (ANEXO IV) com as 10 (dez) perguntas que está sendo enviado para todos os municípios do  
301 estado do Paraná. Com a palavra o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra que são  
302 dez perguntas sobre a prática do exercício da profissão; e que os questionários foram  
303 enviados pelo correio com AR-Anotação de Recebimento, e que o CAU/PR tem uma  
304 funcionária que está ligando para todas as Prefeituras perguntando se recebeu e se  
305 respondeu o ofício, fazendo uma *blitz* e citando a lei de transparência para que possamos ter  
306 um maior número de questionários respondidos; que por sua vez serão tabulados, e informa  
307 que dos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios, 92 (noventa e dois) já responderam o  
308 questionário; e discrimina por regional, onde regional de Cascavel são 21 (vinte e um)



309 municípios no total e 26,2% (vinte e seis inteiros e dois décimos por cento) já responderam;  
310 Regional de Curitiba são 49 (quarenta e nove) municípios, e 34% (trinta e quatro por cento)  
311 do total já responderam; regional de Guarapuava são 45 (quarenta e cinco) municípios e 13%  
312 (treze por cento) responderam; regional de Londrina, são 79 (setenta e nove) municípios e  
313 20% (vinte por cento) responderam; regional de Maringá são 109 (cento e nove) municípios e  
314 22,9% (vinte e dois inteiros e nove décimos por cento) responderam; e por ultimo regional de  
315 Pato Branco são 37 (trinta e sete) municípios e 21,6% (vinte e um inteiro e seis décimos por  
316 cento) responderam. A Conselheira Titular MARGARETH MENEZES sugere que junto com este  
317 questionário seja enviado um explicativo esclarecendo mais objetivamente cada pergunta  
318 para que o representante, que muitas vezes é uma pessoa leiga possa responder o  
319 questionário sem muita dificuldade. O Presidente esclarece que junto com o questionário é  
320 enviado um ofício que é simples e objetivo, que tenta conceituar a importância da resposta.  
321 O Conselheiro Titular NESTOR DALMINA, lembra que será muito difícil atingir 100% das  
322 respostas dos municípios, e dá exemplo: “Eu mesmo na minha região lá eu conheço três  
323 municípios que o responsável técnico por toda essa papelada de licitação e projeto, é um  
324 engenheiro agrícola e ele atende três municípios. Com certeza quando chegou esse  
325 questionário o Prefeito passou para ele. Ele é um engenheiro agrícola, autodidata em  
326 arquitetura, engenharia civil, sei lá eu, não vai responder. Eu não sei qual vai ser o caminho  
327 para a gente atingir 100%, mas acho que só esta via de solicitação a meta é impossível, meio  
328 utópica”. O Presidente concorda com a análise e complementa dizendo que: “As buscas de  
329 outras fontes de informação vão ser também acionadas. Nós temos aí o IBGE, nós temos a  
330 própria secretaria, o SEDU, o Conselheiro Glauco pode nos ajudar a saber que outras  
331 informações eles têm das Prefeituras, temos uma aproximação com o Presidente das  
332 Associações de Prefeitos. Iniciamos pelo caminho mais formal, o mais direto para saber o que  
333 está acontecendo, mas vamos ter que fazer uma força tarefa, porque são informações que  
334 nos interessam com profundidade”. O Conselheiro Titular IRÃ JOSE TABORDA DUDEQUE,  
335 manifesta-se dizendo que quanto a questão de ser pessoas simples é compreensível; porém  
336 o CAU não é Assistente Social, existe leis de responsabilidade sobre as informações e  
337 qualquer município é um ente que tem que cumprir determinadas metas, então o mínimo  
338 que se espera é a capacidade do município em responder ao Estado, à Nação, à União; e aos  
339 demais órgãos; e prossegue dizendo que a segunda questão seria anotar o nome dos  
340 municípios que se recusam a responder ou dar informação ao CAU pelo fato do Prefeito ser  
341 engenheiro, alegando que “só responde ao CREA/CONFEA”, e complementa “Ele pode até  
342 exercer, ter atribuição de engenheiro, mas no momento em que ele está na prefeitura, ele é  
343 Prefeito, e aí está sendo convocado um esclarecimento por uma autarquia federal, tem que  
344 ser respondido”. O Conselheiro Titular NESTOR DALMINA esclarece que: “não se trata de  
345 prefeito engenheiro, engenheiro agrícola, se trata do técnico. Então tem muitos municípios  
346 que são pequenos, eles não conseguem contratar um profissional, não tem orçamento para  
347 dedicação exclusiva àquele município, então tem profissionais que prestam serviço de  
348 assistência técnica a cinco, seis municípios, fazem aquilo como profissão. E não é um, são  
349 vários profissionais. Na minha região posso falar para você que mais da metade dos  
350 municípios o cara não reside lá, mas presta serviços lá na localidade, é só isso, não é Prefeito  
351 engenheiro”. O Presidente finaliza o assunto informando o que interessa é que os Prefeitos  
352 receberam o ofício, questionando: Como libera alvará? Como aprova projeto? Qual é o corpo





353 técnico que tem? Qual é a base legal que usa para essas atividades? Se tem preservação de  
354 patrimônio histórico e se tem preservação de patrimônio ambiental. Quer dizer, são assuntos  
355 que nos interessam e que talvez não tenham ainda sido tabulados, nós temos essa  
356 consciência. O Coordenador LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA retoma a palavra dizendo  
357 que acredita que esta questão aliada a essas próximas atitudes, e usa como exemplo o  
358 “Projeto de Auto Vistoria” que já acontece no Rio de Janeiro, são ferramentas importantes  
359 para o CAU conseguir dar andamento e respaldo a atitudes a serem tomadas; e acredita que  
360 isso abrirá um campo profissional para a classe dos arquitetos urbanistas, e que o CAU terá  
361 parâmetro para indicar. Dando sequência aos relatos da CEP, o Conselheiro Titular RAFAEL  
362 GIMENEZ GONÇALVES fala sobre a análise de duas solicitações protocoladas no sistema do  
363 SICCAU e uma solicitação que foi enviado por *e-mail* do profissional ao setor de Atendimento  
364 do CAU/PR (ANEXO V); o protocolo 301821/15, foi deferido; solicitação é que se inclua no  
365 sistema um campo onde possa ser colocada a quadra e o lote do endereço onde está sendo  
366 prestado serviço, e explica: “Isso acontecia antes no CREA, hoje nós temos nosso sistema e  
367 esses dois itens não aprecem; então foi sugerido que o profissional colocasse isso no campo  
368 complemento, mas de qualquer forma estamos solicitando à gerencia técnica do CAU/BR  
369 para que isso seja feito no sistema”; o Protocolo 295105/15, foi deferido; se trata de uma  
370 solicitação para que o acervo técnico que havia dentro do CREA e o profissional quer realizar  
371 a derivação para o CAU sem que seja cobrado novamente o valor que ele já havia pago no  
372 CREA; a terceira solicitação que teve seu encaminhamento para o setor jurídico, se trata de  
373 uma solicitação onde o profissional pede que seja incluído como atribuição de arquitetura a  
374 atividade de sondagem geológica, pois o profissional fez essa atividade por muitos anos;  
375 porém, não foi contemplado na Resolução nº21; desta forma a CEP encaminha esta  
376 solicitação ao Jurídico do CAU/PR para verificar se dentro da grade curricular do curso de  
377 arquitetura e urbanismo o “pouco” do que é estudado referente a solo seria possível que  
378 este profissional emitisse essas ARTs referente a sondagens. O Conselheiro Titular RAFAEL  
379 GIMENEZ GONÇALVES comenta que fez uma pesquisa e verificou que o profissional  
380 realmente formado para realizar a atividade é o Engenheiro Geotécnico e o Geólogo; e  
381 comenta: “Nós temos, pelo que eu me lembro, mecânica dos solos, que é uma matéria curta,  
382 mas que mostra como interpretar, mas como isso é um assunto um pouco mais profundo,  
383 estamos passando para o jurídico para ele verificar qual o melhor encaminhamento”. O  
384 Conselheiro Titular IDEVAL DOS SANTOS FILHO informa que estava lendo o *e-mail* do  
385 profissional e diz que observou que o profissional questiona a seguinte situação: “tomando  
386 por base o entendimento de que as atribuições da Resolução 218 contidas no artigo primeiro  
387 com as atividades de 1 a 18 relativas a edificações são atribuições idênticas tanto para  
388 arquitetos como engenheiros civis ou de fortificações, não entendo por que não se abre os  
389 serviços acima para os profissionais de arquitetura. Não obstante, a Resolução 1010 concedia  
390 atribuições aos profissionais com base em seu histórico escolar, ou seja, com atribuições  
391 inerentes às matérias cursadas” e complementa: “Ele também coloca aqui que ela anexou  
392 uma deliberação da CEC, acho que do próprio CREA, a Deliberação 63 que delibera atribuição  
393 do SPDA aos profissionais com atribuição no artigo sétimo com base nos serviços afins e  
394 correlatos às edificações, ou seja, o próprio engenheiro pode até fazer o SPDA baseando-se  
395 nesse artigo por ser correlato à edificações”. O Conselheiro Titular ANIBAL VERRI JUNIOR  
396 manifesta-se dizendo acreditar que este tipo de solicitação coloca o CAU numa “saia justa”, e



397 que na sua opinião o CAU tinha que demonstrar que isso não é atribuição de arquiteto, uma  
398 vez que o arquiteto não tem formação para isso, com exceção do arquiteto que se  
399 especializou para isso; porém ainda continua acreditando que não cabe ao arquiteto realizar  
400 este tipo de serviço, e que na sua opinião o CAU deveria mostrar para o próprio CONFEA que  
401 tem um entendimento e uma coerência e dizer: "isso não é com a gente, nós vamos deliberar  
402 que o profissional pediu e nós falamos não" e lembra que: "aquela lista do CAU, tem muita  
403 coisa lá que criou uma certa reserva para se proteger, mas acho que tinha que ter uma certa  
404 coerência, acho que a melhor expressão é essa mesmo". O Conselheiro Titular RAFAEL  
405 GIMENEZ GONÇALVES lembra que o profissional coloca que "aos poucos" os arquitetos estão  
406 perdendo algumas atribuições que faziam antigamente e que era reconhecida pelo próprio  
407 CREA; tanto que foram emitidas algumas ARTs, por isso que o profissional questiona que  
408 agora ele não pode mais. Para finalizar o Conselheiro comenta que por sugestão do  
409 Presidente, será feito um convite à Gerente do Centro de Serviços Compartilhados do  
410 CAU/BR a senhora MIRNA CORTOPASSI LOBO para participar na próxima plenária do CAU/PR  
411 que aconteceu no dia 26 de outubro, com a finalidade de esclarecer a respeito de algumas  
412 demandas que ocorrem dentro do SICCAU, sobre as dificuldades existentes e os pedidos de  
413 adaptações ou implementações dentro do sistema SICCAU; a sugestão do presidente é que  
414 esses pedidos sejam feitos diretamente para ela. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
415 justifica que a colaboradora MIRNA CORTOPASSI LOBO foi quem deu início as essas tarefas, e  
416 que por mais que tenha se afastado durante um ano e meio, nos últimos três meses ela  
417 retomou a GCSC e as mudanças têm acontecido com velocidade; e complementa: "Então  
418 esse é um aspecto que acredito que não estejamos ainda devidamente informados ou não  
419 somos devidamente cientes da futura evolução do SICCAU. Há perspectiva de um salto com a  
420 contratação de uma empresa que é Fábrica de Software que vai consumir ano que vem algo  
421 como 6 milhões de reais na modernização do sistema. Então eu vejo que seria o momento de  
422 ela nos apresentar esse ponto futuro, esse salto que está se preparando e que nós  
423 pudéssemos aí, quem sabe, contribuir e nos antecipar a esses fatos". Segundo o Presidente a  
424 colaboradora MIRNA CORTOPASSI LOBO ficou de ver sua agenda, mas que a princípio sua  
425 vinda está marcada para a próxima plenária do CAU/PR; e complementa que sobre o assunto  
426 anterior, devido à complexidade de solicitações de atribuição que o profissional exercia, e  
427 como o CAU ainda não tem este espelhamento em relação ao SICCAU, foi sugerido por ele e  
428 acatado pela CEP que "nós vamos ter que ver as ferramentas que temos sobre esse caso  
429 específico, não vai ser genérico Conselheiro Aníbal, temos certeza que algumas atribuições  
430 que ele exercia nós não vamos poder oferecer. Mas também tenho certeza que algumas que  
431 ele mantém o sistema não está acatando. Então é hora dessa questão, desse espelhamento  
432 poder vir à tona. É essa oportunidade que estamos propondo à comissão". O Conselheiro  
433 Titular ANIBAL VERRI JUNIOR sugere que: "Dentro do SICCAU o item lá, "projeto  
434 arquitetônico" ele é muito genérico, ele é um item, "projeto arquitetônico". Se a gente  
435 defende tanto que o projeto é tão complexo que tem inclusive na tabela de honorário estudo  
436 preliminar, anteprojeto, projeto básico, projeto executivo e detalhamento, acham que ela  
437 devia contemplar isso, porque a gente pega lá a parte do patrimônio histórico e tem tudo lá  
438 dentro, o acervo de alguém deve estar lá completo, eu desconfio até quem foi, porque tem  
439 acervo da igreja em estrutura metálica em chapa galvanizada, aí tem lá para preencher,  
440 agora, projeto arquitetônico não tem, não tem nada, não tem categoria, não tem seara de



441 ensino e isso a gente precisava batalhar para acervar e as licitações exigem área do esporte,  
442 área do ensino, área não sei das quantas, da saúde, habitação, então acho que esse devia ser  
443 um grande levante para a gente fazer”. O Coordenador da CEP o Conselheiro Titular LUIZ  
444 EDUARDO BINI GOMES DA SILVA manifesta-se: “Tem sido bastante recorrente essas falhas  
445 até na análise do administrativo, pelo que é apresentado pelos assessores, tem gerado muita  
446 dificuldade esse desencontro do que está no virtual e do que está no papel, mas pela  
447 colaboração do Conselheiro Aníbal, nossa comissão deixaria uma proposta de formular uma  
448 comissão para tratar desses aspectos de forma mais efetiva, gerar um material, apresentar e  
449 cobrar esse retorno”. O Presidente finaliza dizendo para os Conselheiros registrar por *e-mail*  
450 as questões mais graves, e mediante a isso uma comissão, que no caso pode ser a própria  
451 CEP, tabular as informações para serem apresentadas. Sem mais o Presidente agradece o  
452 relato e dá sequência no relato de comissões.....

## 453 **2.2 Relato da Comissão de Ensino e Formação – CEF** .....

454 O Conselheiro Titular ANDRÉ SELL relata sobre o Convênio UNICID (Universidade Cidade de  
455 São Paulo) e INBEC (Instituto Brasileiro de Educação Continuada), visando a disponibilidade  
456 de desconto em cursos “*lato sensu*” – MBA em Plataforma *Bim*, oferecendo desconto de R\$  
457 100,00 (cem reais) na mensalidade e duas bolsas de estudo; na sequência questiona o  
458 recebimento das bolsas, em virtude de que podem ser feitas por indicação do Conselho e do  
459 IAB/PR; e expõe sua preocupação sobre como fazer a seleção desses profissionais, e relata a  
460 modalidade seguida na associação em Londrina, onde elaboram um documento e os  
461 interessados se inscrevem, e após efetivam um sorteio; o Conselheiro comenta que a  
462 modalidade curso ou mensalidade é preciso saber qual o percentual que a Instituição  
463 oferece; e complementa sobre a importância de encaminhamento de um ofício para a  
464 Instituição solicitando esclarecimento nos termos de porcentual, pois desta forma o CAU/PR  
465 teria uma segurança, de forma permanente, e não permitindo futuras modificações. O  
466 Presidente JEFERSON DANTAS NOVOLAR acata a sugestão de se solicitar os esclarecimentos  
467 ao requerente. O Conselheiro RONALDO DUSCHENES relembra questionamentos da Plenária  
468 anterior sobre jamais ser oferecido o “*mailing list*”, e comenta: “Normalmente o grande  
469 ganho dos solicitantes é na disponibilidade do *e-mail*, e da divulgação que o CAU/PR faz, para  
470 os seus associados. Entretanto, um elemento de alto valor que pode ser utilizada para ganho  
471 do Conselho, mas de forma cautelosa”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra  
472 aos conselheiros que: “não é fornecido mailing list e que o modelo a seguir é o dos demais  
473 Conselhos, por exemplo: na página inicial do CREA tem uma aba cursos. Então o colega entra  
474 lá e sempre tem o proponente/organizador, o tema. Este é o limite, ou seja, a divulgação  
475 naquele espaço que é específico e democrático. Acho que nós vamos chegar lá, acho que o  
476 caminho é esse”, acreditando que futuramente o CAU também seguirá essa modalidade. O  
477 Conselheiro titular ANÍBAL VERRI JÚNIOR completa que o mesmo assunto é retomado de  
478 outras reuniões, como o tema da divulgação, que a PUC solicitou, e que os Conselheiros  
479 foram contrários; sugere chegar a um consenso, pois todas reuniões terão Instituições e  
480 entidades solicitantes; além disso, a possibilidade de estabelecer na página do CAU/PR um  
481 espaço destinado a publicidade, para as ações vinculadas à profissão, assim cabe às  
482 Entidades, Sindicatos, Associações Profissionais, organizar e divulgar esses eventos; e  
483 comenta ainda a importância em divulgar a plataforma *BIM* como matéria jornalística, no  
484 entanto, a divulgação do curso acredita que cabe a Associação efetuar; e finaliza dizendo



485 que: “esse negócio do desconto não dá para acreditar, vamos combinar, dar desconto para  
486 todo mundo de R\$100,00 (cem reais) é só aumentar R\$100,00 (cem reais) na mensalidade.  
487 Então se você quiser 15, 20%, pode pôr o número que você quiser, desconto não faz parte da  
488 planilha dele, ele já vai tirar aquele valor da conta, vai ser sempre essa conta, "nós vamos dar  
489 o desconto". Não é isso”. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS reforça a  
490 solicitação que foi encaminhada à Comissão de Ensino e Formação, e outra que veio à  
491 Comissão de Atos Administrativos, deste modo, percebe que o procedimento não está  
492 normatizado, e sugere a elaboração de uma deliberação de plenárias das Comissões ou até  
493 mesmo uma deliberação conjunta entre as comissões CEF e COA, para que se estabeleçam  
494 critérios para solucionar esta questão. O Conselheiro Titular ANDRÉ LUIZ SELL comenta que,  
495 com a possibilidade de elaborar um formato e normatização, é possível efetuar a divulgação  
496 através de agenda, eliminando os que não se enquadram neste modelo a ser estipulado. O  
497 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR completa que esse é o amadurecimento adquirido  
498 de acordo com o surgimento das demandas e acredita que a normatização e a deliberação  
499 sugerida pelo Conselheiro BRUNO SOARES MARTINS seja o caminho; e solicita a possibilidade  
500 das comissões que, ao normatizar essa Deliberação vincular às Câmaras Técnicas, para que a  
501 mesmas tenham estes conteúdos, ficando como uma condição para essas possíveis parcerias.  
502 Dando sequência a pauta, o Conselheiro ANDRÉ LUIZ SELL faz o relato dos requerimentos via  
503 protocolos analisados pela CEF (ANEXOVI); protocolo 256647/2015 trata-se de um  
504 profissional Arquiteto e Urbanista, que possui uma especialização de Engenharia em  
505 Segurança do Trabalho, e devolveu sua carteira profissional do CAU/PR pois consta a  
506 atribuição de “Graduação Arquiteto e Urbanista e Especialidade em Engenharia de Segurança  
507 do Trabalho” e sua solicitação é que na carteira no item graduação “Arquiteto e Urbanista”  
508 conste como “Engenheiro de Segurança do Trabalho” como alega que constava na carteira  
509 anterior do CREA; após discussão pelos membros da CEF foi deliberado o indeferimento da  
510 requisição, uma vez que o título de especialista em engenharia de segurança do trabalho não  
511 se enquadra como graduação e sim em especialidade como já consta na carteira do CAU, e  
512 que se comunique ao profissional que esta possibilidade não existe; protocolo 297375/2015  
513 profissional Arquiteto e Urbanista solicita a alteração da data de expedição do Título  
514 Profissional, com a intenção de que com mais de trinta anos de formação pague a metade da  
515 anuidade, até chegar no momento de ser isento está taxa; o mesmo anexou todos os  
516 comprovantes para que seja elaborada a correção. A Assessora Jurídica Dra. CLAUDIA  
517 CRISTINA TABORDA DUDEQUE esclarece que no CREA eram fornecidos registros provisórios,  
518 face o profissional se formar e não ter o diploma, que demorava a chegar, quando do seu  
519 recebimento, passava ao definitivo. Na migração para o CAU/PR vários profissionais  
520 apresentaram este problema; porém quando o profissional solicita, por meio de  
521 requerimento para o CAU/PR e que apresenta os documentos para a comprovação da data,  
522 esse procedimento é acatado e o CAU/PR repassa para o CAU/BR e assim é solucionado. O  
523 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR completa que os dois casos possam ser, um  
524 procedimento repetitivo; e sugere: “vamos produzir uma orientação, um passo a passo, uma  
525 deliberação de plenária para publicar no site do CAU/Paraná e fica normatizado para todos  
526 os profissionais que tenham esse problema, a começar por este. Nós vamos fazer um  
527 documento padrão e divulgar isso no site do CAU/Paraná”. O Conselheiro ANDRÉ SELL  
528 conclui o relato do protocolo informando que em vista da apresentação e comprovação de





529 documentos, a CEF decide deferir o pedido do profissional e finaliza o relato destacando a  
530 importância da criação desta normativa, e que seja um alerta para os profissionais e para  
531 resolução destas dificuldades. Continuando Presidente solicita a sequência da pauta, com a  
532 pronúncia da Comissão seguinte.....

### 533 **2.3 Relatos da Comissão de Ética e Disciplina – CED** .....

534 Com a ata da CED (ANEXO VII) em tela, o Coordenador da CED, LEANDRO TEIXEIRA COSTA  
535 inicia o relato falando da reunião extraordinária com o tema Oficina sobre oitiva elaborada  
536 no dia 11 (onze) de setembro no Hotel Slavieiro Slim, situado na rua Conselheiro Araújo, 435,  
537 no Bairro Alto da XV em Curitiba, com a intenção de discutir e aprender com o CAU/RS e  
538 CAU/SC procedimentos nas oitivas, nas reuniões de conciliação e na aplicação da modalidade  
539 nos Processos Éticos. Contaram com a participação do Sr. MARCELO PETRUCCI Coordenador  
540 da CED/RS e da Arquiteta e Urbanista Sra. MARINDIA ISABEL Gerente Técnica do CAU/RS, e  
541 demais presentes do CAU/PR, Conselheiros ANIBAL VERRI JÚNIOR, RONALDO DUSCHENES,  
542 LEANDRO TEIXEIRA COSTA, ENEIDA KUCHPIL, LUIZ EDUARDO BINI G. DA SILVA, RAFAEL  
543 GIMENEZ GONÇALVES e FREDERICO R. B. CARSTENS, e os colaboradores do CAU/PR a  
544 Assessora Jurídica Dra. CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE, Coordenador Departamento  
545 Jurídico Dr. AUGUSTO VIANNA RAMOS, Assessora da Comissão de Exercício Profissional  
546 ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA, Analista Arquiteto e Urbanista TADEU GONSALES GALVÃO,  
547 Agente de Fiscalização WALTER GUSTAVO LINZMAYER e o Gerente Financeiro NILTON  
548 ROBERTO CERIOLI representando o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR que estava em  
549 compromisso na Cidade de Brasília; e justificando também a ausência dos representantes  
550 CAU/SC no dia antecedente a reunião comunicou ao CAU/PR a impossibilidade do  
551 comparecimento devido a outra reunião marcada para a mesma data. Os principais temas  
552 em discussão foram, a explanação de como eles procedem nas Oitivas, a conciliação das  
553 partes e os processos éticos; esclarecendo pontos importantes, em virtude do agendamento  
554 a primeira oitiva do CAU/PR. Também foi discutido nessa reunião o assunto da Reserva  
555 Técnica, expondo que atualmente é um problema ao CAU/PR, entretanto, CAU/RS enfrentam  
556 com maior frequência o requerimento da autoria de projetos. Dando sequência a pauta da  
557 plenária, o Coordenador da CED informa que neste mês não houve nenhum processo ético  
558 encaminhado para Comissão; no entanto, quatro processos estão em fase de retorno das  
559 partes e outros aguardando regresso para que sejam feitos os relatos e os encaminhamentos  
560 necessários. O processo nº:1000010930/2014 - Caso Mangueirinha espera apenas o retorno  
561 da denunciante, para assim efetivar a convocação das partes para a Oitiva, efetuando os  
562 esclarecimentos e depois realizar o voto desta Comissão. O processo 6362/2015 que envolve  
563 uma denúncia Ética em relação ao Processo Eleitoral, no aguardo de recebimento das  
564 correspondências ou defesas dos trinta e quatro envolvidos, entretanto, a maioria deles  
565 divulgaram suas manifestações, e requerendo o cumprimento do prazo, e assim dar  
566 prosseguimento no relato na Coordenação do Conselheiro RONALDO DUSCHENES. Foram  
567 repassados pela Assessoria Jurídica setenta e cinco processos *ad referendum* oriundos do  
568 CREA/PR analisados e sugeridos por esta Comissão pelo arquivamento. Segue a apresentação  
569 da listagem (Anexo VIII) para constatação e esclarecimentos. O Presidente JEFERSON DANTAS  
570 NAVOLAR solicita explicações sobre a constatação de todos os processos serem idênticos. O  
571 Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA completa que todos os Processos constam o  
572 mesmo tema “a falta de ART” e depois de um certo período parado no CREA/PR chegam ao



573 CAU/PR, para ser feito o andamento necessário; normalmente processos que não tem  
574 continuidade ou prescritos, assim em consenso seguem para o arquivamento. O Presidente  
575 JEFERSON DANTAS NAVOLAR verifica se a Plenária está esclarecida e solicita a votação sobre  
576 o arquivamento desses processos; que é aprovada pelos Conselheiros. O Coordenador  
577 LEANDRO TEIXEIRA COSTA retoma a pauta solicitando a diligência do processo 3336/2014  
578 que está sob o relato do Conselheiro IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, para a entrega do ofício  
579 para o denunciado, pois se recusa por vários momentos a receber as correspondências;  
580 informando ainda que houveram cobranças por parte da Assessoria Jurídica à Fiscalização  
581 por várias vezes; porém hoje relatado na reunião da CED sem sucesso; no entanto, a  
582 diligência deve ser efetuada quanto antes. O Coordenador da CED relata o último item da  
583 pauta, a permissão da participação dessa comissão do CAU/PR no “Quarto Seminário  
584 Regional de Ética e Disciplina” (Anexo IX), organizado pelo CAU/BR que será realizado nos  
585 dias 29 e 30 de outubro em Belém/PA. A pauta principal será sobre Reserva Técnica, e solicita  
586 ao Presidente a participação da Comissão e o Conselheiro RONALDO DUSCHENES,  
587 Conselheira ENEIDA KUCHPIL, Conselheiro ANIBAL VERRI JÚNIOR, Conselheiro ANDRÉ LUIZ  
588 SELL, também outros que apresentem interesse. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
589 comenta a importância do aprofundamento e tomadas de decisões, que serão sempre bem-  
590 vindas. Sugere ainda a participação da Comissão de Exercício Profissional, Comissão de Ética  
591 e Disciplina, que tomam decisões sempre na mesma linha de raciocínio e respondem por  
592 processos em relação aos profissionais, além da comitiva deve contar com a participação da  
593 Assessoria Jurídica e do Assessor da Comissão Dr. AUGUSTO VIANNA RAMOS; e completa que  
594 neste Seminário também será tratado algumas alterações das Resoluções envolvendo  
595 Exercício Profissional, entretanto nas que envolvem as questões éticas e processos  
596 Administrativos éticos elaborar uma resolução única, provavelmente refletindo  
597 posteriormente na Comissão de Exercício Profissional. O Presidente JEFERSON DANTAS  
598 NAVOLAR sugere a possibilidade da confirmação da presença dos interessados na  
599 participação do Seminário, para que possam dar início na compra de passagens, e nos  
600 processos administrativos. Na sequência segue a confirmação do Conselheiro LEANDRO  
601 TEIXEIRA COSTA, Conselheiro ANIBAL VERRI JÚNIOR, Conselheiro RONALDO DUSCHENES,  
602 Conselheiro ANDRÉ LUIZ SELL, Dr. AUGUSTO VIANNA RAMOS. O Conselheiro Titular LEANDRO  
603 TEIXEIRA COSTA lembra ainda que houve alteração da NBR 9050, com o tema sobre  
604 acessibilidade, sugerindo ao CAU/PR a informação aos Arquitetos em relação às alterações  
605 que ocorreram na Norma, uma contribuição importante do Conselho para os Arquitetos. O  
606 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR acata a sugestão, e aproveita a presença do  
607 Assessor de Câmara técnicas, o jornalista JOSÉ FERNANDO SILVA, ao qual delega a tarefa de  
608 pontuar as alterações na NBR 9050. O Coordenador finaliza o relato da Comissão, e na  
609 ocasião o Presidente agradece pelo relato e da sequência na pauta solicitando relato da  
610 Comissão seguinte.....

#### 611 **2.4 Relato da Comissão de Organização e Administração – COA** .....

612 O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS inicia relatando sobre o encontro da COA/PR  
613 com as COA/RS, COA/SC e com a Coordenadora da COA/BR GISLAINE VARGAS SAIBRO e  
614 Gerente Administrativo do CAU/BR HENRIQUE FARIAS (ANEXO X); o encontro ocorreu nos  
615 dias 14 e 15 de setembro na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul; representando o  
616 CAU/PR estiveram presentes o Coordenador da COA/PR BRUNO SOARES MARTINS, o



617 Presidente do CAU/PR JEFERSON DANTAS NAVOLAR, o Conselheiro Titular NESTOR DALMINA,  
618 e o Gerente Geral do CAU/PR NILTO ROBERTO CERIOLI; os assuntos tratados foram diversos  
619 conforme relatório apresentado, cada estado traz as suas questões, e o que se percebe é que  
620 tudo que o CAU/PR discute muito na COA ocorre também nos outros estados e está  
621 diretamente ligado à própria formação do conselho. Esta completamente relacionado à  
622 questão de gerenciamento e organização de SICCAU, do CSC e de outros detalhes. O  
623 Coordenador a COA informa que percebeu que nessa evolução de processos do CAU, todas  
624 as ações com relação à organização e funcionamento do Conselho, ficam centralizadas em  
625 Brasília; o coordenador comenta que ficou surpreso com o discurso da coordenadora da  
626 COA/BR; pois foi um pouco modificado das últimas conversas que existiram, agora a mesma  
627 relata os problemas de forma geral, dando mais liberdade aos CAU/UF para resolver  
628 determinadas situações; sendo que uma das situações mais questionadas foi a condição de  
629 existência de um manual de fiscalização, de um documento de fiscalização efetivo; por sua  
630 vez a Coordenadora da COA/BR GISLAINE VARGAS SAIBRO informou na reunião que cada  
631 estado deveria estabelecer teoricamente o seu critério de fiscalização; diante da informação  
632 o Coordenador da COA/PR BRUNO SOARES MARTINS comenta aos Conselheiros em plenária  
633 que: “Se o conselho foi pensado para ser um conselho nacional, nós começamos a partir para  
634 um processo retrógrado. Eu não sei se isso de certa forma vem acontecendo por talvez uma  
635 sobrecarga de trabalho e aí eles querem talvez tirar um pouco das mãos do CAU/BR esse  
636 conteúdo. Se isso é um discurso que vem dentro dessa ideia um pouco mais política dessa  
637 gestão agora atual e não tão centralizadora, mas aí a gente percebe que isso pode gerar de  
638 certa forma alguns outros problemas tendo em vista que se aqui no Paraná a nossa  
639 fiscalização seguir por um critério e hoje nós não temos mais barreiras de estado para atuar  
640 profissionalmente, nós vamos de certa forma infringir alguns detalhes que isso não vai  
641 acontecer, se cada estado fizer o seu, não vai ser igual, então gera também outros fatores  
642 complicadores”; o Conselheiro informa que o critério de organização é uma preocupação de  
643 todos os estados; e que outro assunto levantado na reunião é justamente estabelecer alguns  
644 parâmetros igualitários nos processos de organização de fluxo e processo dentro do próprio  
645 Conselho, acreditando ser essa uma das maiores “angústias” dos estados. O Conselheiro  
646 Titular BRUNO SOARES MARTINS lembra da última reunião da COA Nacional, onde a  
647 coordenadora da COA/BR cobrava dos demais o processo de aprovação do Regimento  
648 Interno dos estados, e lembra que o R.I. do CAU/PR já está a quase dois anos parado no  
649 CAU/BR; e pelo entendimento do Conselheiro, o Paraná será um dos últimos a ter seu R.I.  
650 aprovado; acreditando que de certa forma o CAU/BR começou a soltar um pouco o conteúdo  
651 para que os CAUs/UF resolverem parte dos seus processos. O Presidente JEFERSON DANTAS  
652 NAVOLAR comenta que: “tem sido constantemente solicitado por nós já há longa data a tal  
653 das súmulas vinculantes. Nós temos mais de 100 (cem) Resoluções do CAU/BR, muitas delas  
654 contraditórias e que se referem a mais de uma comissão às vezes. Então tentamos aqui no  
655 Paraná fazer a vinculação, ou seja: quais Resoluções se referem à Comissão de Ética, que  
656 Resoluções atingem a Comissão de Atos e chegamos a uma confusão bastante razoável  
657 inclusive com consequência no fluxo dos processos. Se quisermos fazer atendimento 100%  
658 (cem por cento) das Resoluções por comissão, nós vamos ter problema”; o Presidente foca a  
659 necessidade de existir uma súmula que informes quais Resoluções influenciam os processos  
660 de cada comissão, pois da forma como está fica muito moroso a análise e conclusão dos



661 processos uma vez que tem que ser vista várias Resoluções para poder montar a defesa ou a  
662 utilização das mesmas; e complementa: “A pressão que temos feito agora é via Fórum de  
663 presidentes. As 5 (cinco) comissões permanentes estão instaladas em todos os estados,  
664 então não pode cada estado ter seu fluxo de processo. Se um processo de Ética é julgado  
665 aqui, se ele vai depois para uma segunda instância no CAU/BR, o processo tem que ser o  
666 mesmo sob pena de perder o ato processual. Toda gestão, administração do CAU/BR tem que  
667 ter um fluxo e um processo que envolva os CAU/UFs e o CAU/BR”. O Conselheiro Titular IRÃ  
668 JOSÉ TABORDA DUDEQUE manifesta-se dizendo que embora não seja da COA, isso o  
669 preocupa e comenta: “quando foi aberto no final da criação do CAU o sistema Confea/CREA  
670 descobriu-se que aquilo era uma federação, não existia um conselho unificado, cada um  
671 criava suas regras. E essa ideia de criar regras, assim como foi dito aqui que talvez o CAU não  
672 tenha dado o passo certo, quando se cria uma regra diferente, sei lá, Sergipe cria uma regra  
673 que só vale para Sergipe, Pará cria uma regra que só vale para o Pará, essa regra nos  
674 primeiros dois meses parece uma coisa, apenas uma exceção. Passa um ano, passam dois  
675 anos, você não tem mais como reverter aquele quadro lá atrás, então fica uma confusão  
676 imensa de regras diferentes”. O Presidente solicita para deixar a discussão deste assunto para  
677 a plenária de outubro do CAU/PR, quando deverá estar presente a Gerente do Centro de  
678 Serviços Compartilhados do CAU/BR a senhora MIRNA CORTOPASSI LOBO e também o  
679 Presidente do CAU/BR HAROLDO PINHEIRO. O Coordenador da COA finaliza o assunto  
680 comentando a importância das reuniões que ocorrem entre os CAUs/UF; pois são muito  
681 produtivas, devido a troca de experiências. Dando sequência a pauta o Conselheiro Titular  
682 BRUNO SOARES MARTINS apresenta os relatórios dos Departamentos informando que já se  
683 percebe uma evolução na organização, pois os nossos relatórios praticamente estão sendo  
684 padronizados; o mesmo apresenta o relatório do Departamento de Atendimento (ANEXO XI)  
685 dizendo que é o parâmetro mais interessante de se avaliar; e comenta: “Atendimento por  
686 regionais, atendimento presencial, atendimento telefônico sempre se sobressaindo.  
687 Regionais, Pato Branco, Maringá, enfim, todas estão lá embaixo aparecendo com suas  
688 respectivas cores. Total de atendimentos regionais, Regional de Maringá uma queda de  
689 praticamente 50% (cinquenta por cento), Regional de Pato Branco, Londrina e Cascavel  
690 também. Acho que isso pode ser um reflexo dessa condição que foi levantada, acho que até a  
691 Comissão de Finanças deve comentar, então chama atenção também que o número de  
692 atendimentos tem ficado cada vez menor e deve ser um reflexo disso também. Basicamente  
693 da área de atendimento seria isso”; na sequência é apresentado o relatório do  
694 Departamento de Comunicação do Setor Design e Marketing (ANEXO XII), e comenta que  
695 tem observado que as publicações do CAU/PR têm tido altíssimos índices de visualização, e  
696 pergunta ao Assessor de Comunicação, se elas estão recebendo impulsionamento de  
697 publicação? O Assessor de Comunicação ANTONIO CARLOS DOMINGUES DA SILVA, responde  
698 que esse é um assunto que está sendo discutido na Assessoria de Comunicação, pois o  
699 CAU/PR não tem como pagar um impulsionamento e comenta que no Facebook pagando  
700 uma taxa pequena de R\$10,00 (dez reais), R\$20,00 (vinte reais) você consegue alcançar  
701 muito mais pessoas; porém só quem tem conseguido fazer o impulsionamento são os CAUs  
702 que têm licitação de publicidade, que têm agência contratada, porque o CAU não tem como  
703 pagar de outra forma; e conclui que o CAU/PR não têm impulsionamento. Dando  
704 continuidade comenta ainda sobre o relatório do Departamento Comunicação agora setor





705 Ouvidoria (ANEXO XIII), o Coordenador da COA, relata que teve um total de 32 atendimentos,  
706 sendo 4 via telefone e 28 via site da Ouvidoria; na sequência apresenta o relatório do Setor  
707 de Administrativo (ANEXO XIV) que apresenta os número de funcionários, apresentado via  
708 Setor RH, hoje o CAU/PR conta com um total de 36 (trinta e seis) funcionários, sendo 12  
709 (doze) comissionados, 19 (dezenove) efetivos e 5 (cinco) estagiários, com uma folha de  
710 pagamento total no valor de R\$ 153.015,98 (cento e cinquenta e três mil, quinze reais e  
711 noventa e oito centavos); finalizando a apresentação dos relatórios, o Coordenador da COA  
712 dá sequência no próximo item da pauta que se refere ao Acordo Coletivo de Trabalho  
713 (ANEXO XV), e comenta: “Nós recebemos aqui, como vocês sabem, faz umas quatro ou cinco  
714 plenárias, o documento que veio do SINDIFISC-PR (Sindicato dos empregados dos Conselhos  
715 e Ordens de Fiscalização do Exercício Profissional do Estado do Paraná) que veio com toda e  
716 qualquer reivindicação possível e imaginária, sobre a ideia então dos sindicatos com relação  
717 ao que deveria ser esse acordo coletivo para os funcionários. Daquela plenária nós tiramos a  
718 deliberação que seria feito um informativo aos funcionários que em um primeiro momento  
719 nós estaríamos acatando aquilo que estaria na legislação e aí eles trabalharam em cima de  
720 uma nova proposta que foi encaminhada à Comissão nessa plenária”; o Coordenador da COA  
721 informa que são 10 (dez) páginas e que todas deveriam ser lidas, porém considerando que a  
722 COA já tem conhecimento de todo o conteúdo, o Conselheiro informa que irá simplificar a  
723 apresentação para a plenária naquilo que foi analisado pela Comissão, e relata que diante de  
724 tudo aquilo que funcionários colocaram naquele primeiro documento que veio do SINDIFISC-  
725 PR, acredita-se que não foi filtrado nenhum item, então agora nessa nova revisão a Comissão  
726 percebe que muito do conteúdo que está na Pauta de Reivindicações realmente está  
727 totalmente dentro da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) ou muito próximo da CLT, e  
728 que são pequenos os itens solicitados diferentes do que a CLT prevê, não são muitos os itens  
729 que isso acontece; informa que existem alguns itens que a Comissão entende como  
730 desnecessários, porém a Comissão ainda vai fazer mais uma revisão e análise com base na  
731 CLT, entrando efetivamente em todos os índices propostos dentro da pauta de reivindicações  
732 para fazer o confronto efetivo com tudo que trata a CLT; o Coordenador da COA BRUNO  
733 SOARES MARTINS comenta que: “O que a gente percebe eventualmente que em  
734 determinadas cláusulas e em pequenos trechos o uso de expressões, digamos assim, um  
735 pouco incisivas, "sempre", "nunca", "sempre serão pagos pelo...", então estamos tentando  
736 fazer uma nova revisão do texto evitando esses superlativos, essas ênfases excessivas nos  
737 textos. Aí tem questões com relação ao vale transporte, com relação a ajuda de custos e  
738 alimentação, a parte da vigência da data base, as renovações da data base, são várias as  
739 cláusulas que nós estamos revendo os índices colocados”; e enfatiza que se atendido estas  
740 reivindicações como ela esta sendo solicitada, talvez a COA e o CAU/PR não tenham  
741 nenhuma possibilidade de negociação futura; por este motivo acredita-se que alguns itens  
742 devem ser revisados, e cita exemplos: “o aditivo salarial todo ano, um aditivo salarial por  
743 permanência. Então o funcionário permaneceu por um ano, ele ganha mais 2% (dois por  
744 cento), ele permaneceu por dois anos, mais 2% (dois por cento), permaneceu por três anos,  
745 mais 2% (dois por cento). Outros conselhos fazem eventualmente essa renovação, por  
746 exemplo, a cada dois anos, quer dizer, você promove que o colaborador permaneça por dois  
747 anos para que ele tenha, talvez, 4% (quatro por cento). É só uma questão de texto mesmo,  
748 de organização, pensando sim, que nós queremos que eles permaneçam, que eles continuem



749 trabalhando em prol do Conselho. Então são esses ajustes. Se futuramente achamos  
750 necessária uma revisão ou se tem alguma condição no dissídio, ainda teremos margens para  
751 trabalhar, para não ficar tudo no limite, não imaginando que seja um problema futuro, mas  
752 acho que temos que pensar em fazer as coisas de maneira gradativa e organizada, não da  
753 forma como está colocado em todos os itens”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR faz  
754 uma observação dizendo que é 100% (cem por cento) favorável a assinatura desse dissídio,  
755 acreditando que é bom para o contratado e é bom para o contratante, pois organiza-se as  
756 coisas, dá segurança a quem paga, dá segurança a quem trabalha e dá segurança ao Conselho  
757 com o atendimento à lei; porém, dadas as circunstâncias atuais de arrecadação, o Presidente  
758 solicita a COA que findada essa análise, que é uma análise jurídica e também política, que  
759 seja encaminhado à Comissão de Finanças, para verificar o impacto que esse acordo teria não  
760 só nesse ano, mas nos próximos anos, para construir uma evolução; ajudando na eficiência  
761 do Conselho, para não comprometer gestões futuras. O Conselheiro Titular RONALDO  
762 DUSCHENES manifesta-se dizendo que: “acho que você está comentando agora é muito  
763 importante, porque vindo da área da indústria, vindo da área empresarial percebo que  
764 muitas vezes se cometem erros que vão efetivamente comprometer o futuro. À medida que  
765 se dão incentivos não necessariamente meritocráticos se cria uma dificuldade de  
766 eventualmente manejar futuramente a máquina, você acaba privilegiando certas pessoas que  
767 não tenham competência tão desenvolvida em relação a novas pessoas que estão entrando e  
768 que teriam grande facilidade, grande possibilidade de desenvolvimento. Eu sei que é  
769 complexo, porque estamos trabalhando em uma autarquia, e não em uma empresa privada,  
770 mas cabe muito prestar atenção nisso, porque não se trata de tirar dinheiro de ninguém, pelo  
771 contrário, trata-se de dar o que é justo a todos. Mas sem criar certos privilégios dados apenas  
772 pelo tempo decorrido dentro de uma instituição. Não é porque uma pessoa está há 10 (dez)  
773 anos dentro de uma instituição que ela necessariamente é mais competente ou deve ganhar  
774 mais realmente do que uma que está há 2 (dois) anos. Então isto é um hábito brasileiro muito  
775 arraigado de que o tempo de permanência em uma ocupação ou em um emprego ou em um  
776 lugar dá automaticamente o privilégio de ganhar mais. Não faz sentido real. Então eu gostaria  
777 que se pensasse como você mesmo disse, no futuro para que isso, daqui a 10 (dez) anos, não  
778 vire uma máquina impossível de ser gerida”. Com a palavra, o Presidente lembra um relato  
779 feito pelo o Presidente do CAU/RS de uma demanda avançada, onde segundo ele, de 9 (nove)  
780 Conselhos profissionais do Rio Grande do Sul no sentido de que haja, por força de lei, a  
781 transformação dos seus funcionários em regime único da União; e continua: “É uma antiga  
782 demanda que não avançava por falta de consenso aparentemente entre funcionários de  
783 Conselhos e que agora, aparentemente, conseguiu um consenso com estes 9 (nove)  
784 Conselhos no Rio Grande do Sul, isso foi rapidamente até ao Supremo, segundo ele, e já há  
785 manifestação do Procurador Geral da República, no sentido de consultar a Presidência da  
786 República sobre essa condição. Ninguém acredita nisso ainda. Mas pelos últimos  
787 movimentos, se houver consenso de mais alguns Conselhos, mesmo que regionais, como é o  
788 caso, o Procurador Geral da República deve encaminhar favoravelmente. Consequências em  
789 relação ao quadro funcional é que todos teriam que ser demitidos e todos teriam que ser  
790 recontratados perante uma normativa que venha a ser publicada como orientação. A  
791 dificuldade maior é da gestão disso e também não só sobre o quadro funcional, haveria  
792 necessidade, segundo o relato do presidente do CAU/RS, de uma mudança administrativa



793 como um todo da Autarquia que deixaria de ser especial e passaria a ser Autarquia comum,  
794 como, por exemplo de consequência, de o poder executivo indicar os futuros Presidentes, e  
795 não mais serem eleitos pela categoria. Então esta complicação de gestão como um todo é  
796 que ainda é uma ponte que não se construiu para viabilizar este processo, mas eu deixo aqui  
797 um relato deste movimento que aconteceu, até onde sabemos, exclusivamente no Rio  
798 Grande do Sul pela força que os sindicatos lá têm, inclusive como consequência pelo  
799 esvaziamento do SINDIFISC de lá, parece que houve uma disputa do próprio SINDIFISC lá que  
800 gerou essa demanda em nível de Brasília, mas se ela for acontecer, vai acontecer em nível  
801 nacional, porque as legislações são nacionais, são federalizadas”, e finaliza: “Só deixo aqui o  
802 relato porque nessa questão de assinar dissídios, talvez sejam inócuos”. O Conselheiro  
803 Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES manifesta-se relatando outro exemplo, e  
804 diz: “Só queria trazer um outro ponto que eu acho que essa questão de acertos salariais,  
805 bonificações e tudo mais, gostaria sempre que tivesse uma visão muito importante, porque  
806 eu vejo, por exemplo, Curitiba houve uma discussão sobre aumento de salário de vereadores  
807 e diminuir. Foi feito um pente fino, existem pessoas, por exemplo, na Câmara Municipal de  
808 Curitiba, que ganham mais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que é mais que o dobro do  
809 salário do vereador, porque lá atrás algum presidente da Câmara de Vereadores resolveu dar  
810 um benefício e daí isso se agregou ao salário, daí outro veio dar um benefício, daí a categoria  
811 foi pedir equiparação salarial e tiveram que dar aumento para todo mundo e hoje você tem  
812 mais de 100 (cem) funcionários na Câmara de Vereadores que ganham mais que vereador. E  
813 não tem o que fazer enquanto o cara não se aposentar, aliás, quando se aposentar, vai se  
814 aposentar com salário integral e não tem o que fazer a respeito disso. Então mesmo no  
815 sindicato que a gente talvez esteja um pouco mais ligado com a iniciativa privada, onde talvez  
816 o salário de mercado acaba regulando a profissão, e ainda mais com essa possibilidade de vir  
817 a ser um regime jurídico único, ter sempre esse cuidado a respeito de atribuir as coisas a  
818 salário, a premiações e a benefícios. É claro que talvez nesse ocorreu o problema das famosas  
819 correções monetárias, época de inflação como a que estamos agora, mas isso acarreta hoje  
820 em um problema financeiro gigante por causa desses salários absurdos de alguns  
821 funcionários da Câmara Municipal de Curitiba, que se tem e não tem o que fazer, você não  
822 pode demitir o funcionário, o funcionário está lá, faz uma função às vezes medíocre do que  
823 tem que fazer e não tem o que fazer. Apesar de ser representante do sindicato e justamente  
824 por estar acostumado com coisas dessas que eu peço muita atenção nesses acordos coletivos  
825 que estão sendo propostos e aceitos”. O Conselheiro Titular NESTOR DALMINA expõe seu  
826 ponto de vista dizendo que: “eu estava observando bem esse dissídio e na realidade me  
827 parece que ele mistura com o plano de cargo e carreira. Então eu acho que a gratificação por  
828 tempo de serviço não cabe a um dissídio coletivo, cabe a um plano de cargo e carreira. Agora,  
829 é claro que é importante e tem coisas aqui no dissídio que viram direito adquirido, como vale  
830 refeição, aí você cobra o valor simbólico de R\$1,00 (um real) e dá R\$30,00 (trinta reais) ou  
831 R\$40,00 (quarenta reais) que está sendo pedindo de refeição diária. Tem que tomar muito  
832 cuidado, porque é pago em espécie, e não em vale refeição, que a partir do instante que  
833 paga em espécie, aí tem que ver a questão jurídica, pode virar direito, pode incutir inclusive  
834 em direito de décimo terceiro e férias. Mas aí cabe ao jurídico analisar isso. Acredito que está  
835 muito misturado esse dissídio com o plano de cargo e carreira. Tudo bem que é o primeiro  
836 dissídio coletivo nosso, agora, cabe ao jurídico, a gente fez várias observações e cabe ao



837 jurídico analisar, conforme a lei. O pessoal está pedindo um monte de coisas e faz parte do  
838 jogo, tem que pedir para ganhar alguma coisa, faz parte do jogo”. O Presidente informa que a  
839 observação do Conselheiro NESTOR DALMINA será contemplada. As reuniões dos  
840 funcionários aconteceram sem a presença desta Presidência, porém a reunião contou com a  
841 presença do jurídico, e desta forma acredita que chegaremos a um bom termo; e enfatiza: “É  
842 uma experiência nova, é um quadro de funcionários novo, mas esse momento é delicado por  
843 ser o primeiro”. Para finalizar o assunto, o Coordenador da COA, BRUNO SOARES MARTINS,  
844 complementa: “Só acrescentando que realmente acho que são assuntos que temos que ir  
845 tratando ao decorrer, é um assunto que tem muito conteúdo e acho que talvez até não tenha  
846 sido tão expressiva a minha fala, mas a maior preocupação da comissão no avaliar tudo isso é  
847 justamente não o que vai acontecer daqui a um ano, mas o que pode acontecer daqui a dez,  
848 quinze, vinte anos; porque são situações que vão evoluindo com o tempo e essa negociação,  
849 todos que aí fazem parte de sindicato já presenciaram essas questões. Então tem, sim, que  
850 ter muita cautela, muito cuidado, pensar com muito carinho. Então primeiramente,  
851 administrativamente falando e politicamente falando, a COA faz essa organização e eu acho  
852 que, sim, tem que sentar com a Comissão de Finanças e acho que tem que ser um trabalho  
853 coletivo, não pode ser um trabalho individualizado”. O Conselheiro Suplente MILTON CARLOS  
854 ZANELATTO GONÇALVES solicita apoio para o mesmo e para o Conselheiro Titular GIOVANNI  
855 GUILHERMO MEDEIROS, para juntos participarem e representarem o CAU/PR no ENSA  
856 (Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos), que vai ser realizado na cidade de Campo  
857 Grande/MS nos dias 24 a 29 de novembro deste ano; o apoio é para os custos com passagens  
858 e diárias. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca para votação este apoio, e sem  
859 manifestações contrárias da plenária, fica deferida a solicitação. O último item de pauta da  
860 COA refere-se ao Edital de Patrocínios feito pelo CAU/PR, o regimento aprovado pela COA  
861 prevê que serão os coordenadores das cinco comissões permanentes que irão relatar sobre  
862 aprovação de patrocínio, que conforme estipulado seriam patrocínios na área de projeto  
863 relacionado à cultura e de assistência técnica; para tal foi criado um Grupo de Trabalho para  
864 Seleção de Projetos de Patrocínio Cultural -GTSPCC, sendo composto pelos Coordenadores de  
865 Comissões BRUNO SOARES MARTINS, CARLOS HARDT, IDEVALL DOS SANTOS FILHO,  
866 LEANDRO TEIXEIRA COSTA e LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, para colaborar com o  
867 grupo foi criado uma instancia intermediaria que é a Comissão de Licitação do CAU/PR que  
868 fica responsável por receber as propostas, fazer a análise documental, verificar quais  
869 propostas estariam habilitadas e encaminhar na forma de ata aos coordenadores do Grupo  
870 de Trabalho para Seleção de Projetos de Patrocínio Cultural, para que possam deliberar;  
871 assim foi feito e o Grupo se reuniu na presente data sem a presença do Coordenador CARLOS  
872 HARDT para analisar as proposta. Dando sequência ao assunto, o Conselheiro Titular BRUNO  
873 SOARES MARTINS relata que como foi aprovado, o CAU/PR tem uma verba aproximada de  
874 R\$300.000,00 (trezentos mil reais) anual, para os eventuais patrocínios; então foram abertos  
875 Editais da chamada pública para os dois itens de Projeto relacionado a Cultura e de  
876 Assistência Técnica. No total tivemos 8 (oito) projetos inscritos para os dois itens, sendo  
877 então para o Edital de projeto na área de cultura foi a AsBEA (Associação Brasileira dos  
878 Escritórios de Arquitetura), ABAP (Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas), Sindarq  
879 (Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas), IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) e a ADEMADAN  
880 (Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina); seguindo com





881 o relato, o Conselheiro informa que falará primeiro dos processos relacionados a Assistência  
882 Técnica que seriam 2 (dois) Projetos sendo um da UEM (Universidade Estadual de Maringá) e  
883 do Sindarq (Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas), e informa que o processo aconteceu por  
884 uma entrega eletrônica e, como consequência, uma entrega física da documentação, sendo  
885 que os encaminhamentos de formulários e inscrições e demais documentações via e-mail  
886 servirão apenas para fins de protocolo e inscrição. Encaminharam *e-mail* para protocolo de  
887 inscrição às seguintes instituições: UEM, com um projeto de um “Curso de capacitação para  
888 aplicação para lei de assistência técnica para habitação de interesse social, lei 11.888”. A  
889 referida instituição encaminhou a mesma documentação do projeto duas vezes em  
890 envelopes diferentes; O Sindarq sobre “Projeto de assistência técnica para lideranças”; na  
891 conferência da documentação e habilitação, a UEM não apresentou a inscrição do cadastro  
892 municipal de contribuintes, estando em desconformidade com o item 5.1, inciso V do Edital;  
893 o Sindarq não apresentou o Termo de Ciência de acordo com o anexo 4 do Edital, parte  
894 integrante do formulário de inscrição do projeto documento de inscrição no cadastro  
895 municipal de contribuintes, estando em desconformidade com o item 5.1 do inciso V. Então  
896 tanto a UEM quanto o Sindarq não foram habilitados por falta de documentação. No item de  
897 projeto à cultura, encaminharam o *e-mail* para protocolo inscrição às seguintes instituições:  
898 ADEMADAN, com o tema “Projeto para revitalização da praça beira-mar”; o IAB/PR com os 2  
899 (dois) projetos: “Seminário IAB Mulher” e “Vila Nova Artigas, década de 1950 - o formal,  
900 compositivo e ético político”; a ABAP com “A carta de paisagem do Paraná”, a referida  
901 instituição encaminhou a mesma documentação e os projetos duas vezes em envelopes  
902 diferentes; o Sindarq com o projeto “Ciclo Arquitetura Paraná”; e a AsBEA/PR, que não  
903 encaminhou *e-mail* de protocolo de inscrição no prazo previsto no item 7.1 do Edital, e sua  
904 documentação não será analisada, desta forma a AsBEA já está fora do processo. Dando  
905 sequência a ADEMADAN apresentou documentação em conformidade com as exigências do  
906 Edital. O IAB/PR, no projeto “Seminário IAB Mulher”, apresentou a documentação em  
907 conformidade com as exigências do Edital; e em relação ao projeto “Vila Nova Artigas”  
908 também apresenta toda a documentação exigida pelo Edital. A ABAP apresentou toda  
909 documentação referente à sede nacional da entidade localizada no estado de São Paulo,  
910 estando em desconformidade com o item 5.1 do Edital, que previa que esse apoio, só  
911 poderia acontecer com entidades registradas no Paraná. O Sindarq não apresentou o Termo  
912 de Ciência de acordo com o termo anexo 4 do Edital, parte integrante do formulário de  
913 inscrição do projeto e também não apresenta o cadastro de inscrição municipal de  
914 contribuintes, estando então em desconformidade com o inciso 5. As Instituições habilitadas  
915 nesse item do projeto cultural, foi somente a IAB nos seus dois projetos, e o Edital prevê que  
916 qualquer instituição poderia protocolar mais do que um projeto; e a ADEMADAN que ficam  
917 então habilitadas, via análise de documentação, para a sequência do processo. Segundo o  
918 Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS, diante dessa análise da Comissão de Licitação,  
919 e em reunião com os Coordenadores integrante do Grupo de Trabalho para Seleção de  
920 Projetos de Patrocínio Cultural, chegou-se ao entendimento de que não há nenhuma  
921 proposta teoricamente habilitada na área de assistência técnica; será aberto o prazo de  
922 recurso com base no relato do Departamento de Licitação para que, se necessário ou se  
923 quiserem, as entidades que não tiveram a documentação aceita, façam seus recursos  
924 administrativos e a Comissão vai novamente se reunir para julgar eventuais recursos



925 administrativos. Como o CAU/PR já esta com essa verba prevista, a proposta é a reabertura  
926 do Edital dando nova possibilidade para que essas e outras entidades do Paraná possam  
927 solicitar novamente o apoio com relação à área de assistência técnica. Já no outro item, que  
928 é o de projeto cultural, o GTSPPC não fara no momento o julgamento, pois o Edital tem um  
929 critério de julgamento por itens com atribuição de nota por item e a nota tem que ser  
930 superior a 7 (sete) por cada projeto com avaliação dos Conselheiros Coordenadores das  
931 Comissões Permanentes para que possa efetivamente então formalizar o convênio de apoio.  
932 Desta forma o GTSPPC ficara no aguardo da eventual abertura de prazo com relação aos  
933 recursos, até que esse processo seja finalizado, o GTSPPC vai avaliar esses projetos que se  
934 habilitaram por documentação; após a avaliação, será feito a validação efetiva de todo o  
935 processo, e complementa: “se for assim aceito e avaliado pela condição da nota e aí existe a  
936 sugestão, como as propostas habilitadas não preenchem o número de projetos propostos,  
937 nós abriríamos essa segunda etapa do Edital para a assistência técnica em dois projetos e  
938 abriríamos novamente então a parte cultural com mais dois projetos”. O Presidente  
939 JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece ao relato, e manifesta seu desconforto dizendo: “Nós  
940 nunca tivemos dinheiro para patrocínio, tínhamos que ficar mendigando junto aos outros  
941 sistemas e quando o CAU/PR oferece um Edital simples, um edital, cópia e cola dos demais  
942 editais, as entidades conseguem não cumprir os itens propostos. Então quero também, além  
943 de registrar esse meu desconforto, parabenizar a Comissão pela ação, pela atitude  
944 democrática e de compreensão do momento de que é o nosso primeiro Edital e parabenizar  
945 a proposta da reabertura dos novos Editais. Os recursos existem para 2015, não é por causa  
946 de um erro de secretaria ou documental que nós não vamos deixar de patrocinar ou  
947 estimular as entidades. Então eu vejo que, se a plenária concordar, é uma atitude  
948 extremamente correta, dentro da legalidade e também dentro da oportunidade de  
949 utilizarmos os recursos previstos”. O Presidente coloca para votação o relatório que a  
950 Comissão apresenta para aprovação dos 3 (três) projetos que tem documentação na integra,  
951 comunicar aos desclassificados, dar prazo para seus recursos e, não havendo aceitação  
952 desses recursos, abrir novos Editais para que possamos fazer efetivamente os patrocínios  
953 deste ano. Com abstenção do Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE a votação é  
954 aprovada pelos demais conselheiros. Dando sequência, o Presidente solicita o relato da  
955 próxima Comissão.....

## 956 **2.5 Relato da Comissão de Planejamento e Finanças – CPFi** .....

957 O Conselheiro Titular IDEVAL DOS SANTOS FILHO inicia seu relato solicitando a ata da CPFi em  
958 tela (ANEXO XVI) e comenta que em toda a reunião da CPFi é feito uma verificação da ata  
959 anterior, e com relação a isso a ata esta correta; com relação à aprovação pelo CAU/BR dos  
960 balancetes do primeiro e segundo trimestres de 2015; a CPFi recebeu os relatórios contábeis  
961 do CAU, os relatórios de número 68 (ANEXO XVII) e número 69 (ANEXO XVIII) onde nos  
962 informa que não houve nenhuma falha nos balancetes do primeiro e do segundo trimestre e  
963 que estes estão em condições de aprovação pela Comissão de Planejamento e Finanças, e da  
964 plenária do CAU/BR. O terceiro item é referente ao espaço Casa Cor, que havia ficado  
965 pendente na última plenária devido ao fechamento que ainda estava sendo feito; então foi  
966 apresentado CPFi toda documentação, as justificativas, os relatórios dos processos de  
967 dispensas; sendo estes documentos analisados pela CPFi através do processo administrativo  
968 0122, onde foi solicitado pela comissão que fosse anexado no processos os RRTs referentes



969 ao projeto e a Responsabilidade Técnica pela execução do espaço. Analisando toda a  
970 documentação, a CPFi notou que os únicos documentos que estavam faltando seriam esses  
971 anexos; não tendo nada a acrescentar, CPFi opinou favoravelmente e recomendou a plenária  
972 a aprovação final do processo Casa Cor, das suas justificativas e o relatório do processo de  
973 dispensa 02/2015 do CAU/Paraná. O Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO  
974 GONÇALVES relatou sua visita ao espaço Casa Cor, dizendo que a casa cor tinha o espaço  
975 destinado ao CAU, e a todas as entidades de arquitetura e mais um espaço destinado ao Vila  
976 Nova Artigas, então era aproximadamente 60 metros quadrados cada um. A Casa Cor teve no  
977 período de sua exposição a visita de 30.712 (trinta mil setecentos e doze) pessoas; com 47  
978 (quarenta e sete) ambientes, apenas 3 (três) ambientes não eram assinados por arquitetos, e  
979 destaca: “Esse processo da Casa Cor é um processo que já vem há 4 anos, desde o início do  
980 CAU onde na primeira Casa Cor a gente tinha diversos engenheiros assinando os espaços,  
981 inclusive ficava normalmente alguém do CREA lá fiscalizando e exigindo ART dos espaços, e  
982 em um processo de 4 anos que o CAU veio desenvolvendo junto com a diretoria da Casa Cor,  
983 hoje a gente chega em um resultado que de todos os espaços, apenas 3 não têm arquiteto  
984 responsável. E é importante ressaltar que esses 3 não são engenheiros. De 47 espaços, 44  
985 têm arquiteto assinando com RRT, e apenas 3 não. Então esse foi um processo de longo  
986 prazo que a gente vê com bons olhos a respeito de um objetivo cumprido, que era  
987 conscientização”; e complementa que além desses espaços, teve um evento institucional do  
988 CAU onde o Conselheiro IRÃ JOSE TABORDA DUDEQUE presente junto com o pessoal da  
989 AsBEA e também do Sindicato e ressalta que o discurso do conselheiro IRÃ realmente  
990 ressaltou a importância do trabalho do Conselho com as questões éticas; e informa que  
991 foram gravadas duas mesas redondas e que transformadas em vídeo institucional a ser  
992 disponibilizado para o CAU assim que terminarem as edições das montagens. Na  
993 oportunidade foram demonstrados na plenária dois vídeos que mostravam o evento Casa  
994 Cor, o espaço do CAU/PR e o espaço Vilanova Artigas. O Presidente JEFERSON DANTAS  
995 NAVOLAR informa que os dois vídeos ficarão disponíveis no site com o *link* deles, onde  
996 qualquer colega, qualquer instituição pode fazer uso deles, porque eles não são datados, e  
997 poderão ser usados por muito tempo. O Conselheiro Titular IRÃ JOSE TABORDA DUDEQUE  
998 manifesta-se dizendo que: “É interessante notar nessa questão, a Casa Cor como sendo um  
999 microcosmo da arquitetura como um todo. Uma coisa interessante que o Conselheiro Milton  
1000 falou, e eu quero enfatizar, a questão do processo. Muitas vezes nossos colegas, a gente  
1001 enfrenta críticas, entre aspas, porque tem gente que acha que basta sair uma Resolução 51  
1002 que no dia seguinte todas as Prefeituras do Brasil estarão informadas e na manhã do dia  
1003 seguinte a Prefeitura de Itaipópolis está informada a respeito disso e acabou o projeto de  
1004 engenheiro, sem entender que é um processo, que em um primeiro momento vai ter uma  
1005 Prefeitura, um mês depois vão ter cinco, três meses depois vão ter dez e assim  
1006 sucessivamente, até que ao final do processo histórico de um ano, dois anos, cinco anos,  
1007 reverteu-se uma situação inicial. A mesma coisa quando você fala esse dado  
1008 interessantíssimo que em um primeiro momento (2011), na Casa Cor eu nem sabia disso,  
1009 estou sabendo agora, havia 1/3 de ambientes assinados por engenheiros? 50% de  
1010 engenheiros realizando projetos de arquitetura de interiores. Em um prazo de quatro anos  
1011 reverteu-se para uma estatística pífia de 47 para 3, que ainda não é ideal, o ideal seria que  
1012 fosse 50 a 0. Isso é um processo histórico. Esse processo histórico vale para tudo, vale para as



1013 decisões da vida e as decisões que vão acontecer. Foi um processo curioso, falando em  
1014 processo, foi a primeira vez que eu fui à Casa Cor, nunca tinha entrado em uma Casa Cor e aí  
1015 naquele momento foi citado o discurso porque o Presidente Jeferson estava em Brasília e eu  
1016 fui representá-lo e aí coube a mim falar na posição de vice-presidente. E tanto na fala e nos  
1017 alguns contatos com outros colegas, enfatizamos justamente a questão da Reserva Técnica.  
1018 Falando dos cuidados que estão havendo no caso do Paraná, expliquei para eles, que é  
1019 necessário entender que já não se trata mais de um processo paranaense, e sim um processo  
1020 nacional, tanto que foi relatado aqui pelo Conselheiro Leandro que vai para Belém do Pará  
1021 participar de um evento do CAU/Brasil cujo coordenador é um cearense. Então não é uma  
1022 discussão local, porque também outro problema que os nossos colegas têm isso na cabeça,  
1023 eles acham que basta pegar a gente no corredor, botar o dedo, falar alguma coisa e todo um  
1024 processo vai ser revertido. Então foi dito para eles, não se trata mais de um projeto, de uma  
1025 ideia paranaense, pelo contrário, é uma ideia nacional, um processo nacional que está se  
1026 desenvolvendo e aí o que está acontecendo no Paraná é uma tentativa de que esse processo  
1027 seja suave, todas as partes envolvidas, seja um arquiteto, seja um lojista, esse processo seja o  
1028 menos doloroso possível para todas as partes envolvidas até para não acontecer o que está  
1029 acontecendo em Pernambuco, que o colega, foi ameaçado de morte por órgãos ligados a  
1030 Reserva Técnica, criando uma situação tensa. Então essa foi a fala. Eu tentei naquele  
1031 momento ser o mais suave possível justamente para que não criemos pânico em relação ao  
1032 processo que está em desenvolvimento”. Continuando com o relato da CPFi, o Coordenador  
1033 IDEVALL DOS SANTOS FILHO informa que foram analisados o Quadro do Resumo com as  
1034 Evoluções e Receitas de 2014 e 2015 (ANEXO XIX) onde foi feita uma comparação desses  
1035 quadros com um quadro que não incluía a rentabilidade das aplicações (ANEXO XX) que foi  
1036 apresentado para a CPFi pelo Assessor Financeiro NILTO ROBERTO CERIOLI, que demonstrou  
1037 que os resultados com as rentabilidades das aplicações até primeiro de setembro  
1038 apresentaram um acréscimo de 15,7% (quinze inteiro e sete décimos por cento); porém,  
1039 quando não incluso as rentabilidades das aplicações, demonstrou um percentual negativo de  
1040 rentabilidade nos meses de julho e agosto, cujo resultado total comparativo com  
1041 rentabilidade é de 10,4% (dez inteiro e quatro décimos por cento). Na oportunidade o  
1042 Assessor Financeiro NILTO ROBERTO CERIOLI explica: “Aquele primeiro quadro é com  
1043 aplicação financeira; a hora que você tira aplicação financeira para sentir exatamente a  
1044 rentabilidade só com o RRT e anuidade, no mês de julho e agosto de 2,6% (dois inteiro e seis  
1045 décimos por cento) e 5,9% (cinco inteiro e nove décimos por cento) se tornando negativo e  
1046 cai para -5,7% (cinco inteiro e sete décimos por cento negativo) e -3,3% (três inteiro e três  
1047 décimos por cento negativo); e o total de 15,7%(quinze inteiro e sete décimos por cento) cai  
1048 para 10,4%, (dez inteiro e quatro décimos por cento) sendo que os meses de julho e agosto  
1049 estão negativos em relação a 2014”; e complementa informando que rendimento atual do  
1050 CAU/PR é R\$125.000,00 (cento e vinte e cinco mil) em aplicações financeiras por mês.  
1051 Manter a rentabilidade por parte do CAU/PR estava prejudicando a leitura dos balanços  
1052 financeiros mensais; incluindo o juro bancário que mascarava a redução dos números de  
1053 RRTs e do valor das anuidades. Então retiramos esses juros mensais deixando a mostra então  
1054 a realidade nominal e direta de arrecadação comparada mês a mês. O Conselheiro Suplente  
1055 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES observa a importância dessa avaliação dizendo  
1056 que: “Hoje o CAU acaba tendo um caixa com investimento relativamente alto. O problema é





1057 que para os próximos dias, para a compra da sede, já autorizada, vai ser retirado R\$  
1058 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), deixando de contabilizar um  
1059 rendimento de mais de R\$40.000,00 (quarenta mil) por mês. Então por isso é importante  
1060 essa análise separada para os conselheiros terem conhecimento”. O Conselheiro Titular  
1061 IDEVALL DOS SANTOS FILHO relata que com relação a Aprovação das Contas de Agosto  
1062 (ANEXO XXI), foi analisado o comportamento das receitas, e foi observado que continuam em  
1063 fase descendente tendo um comportamento típico do período pós-anuidades. Quanto às  
1064 despesas, embora decrescentes em relação ao mês anterior, ainda se apresentam vultuosas  
1065 por conta de gastos como continuação de eventos anteriores e dos eventos programados na  
1066 ordem de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais). O Coordenador da CPFi IDEVALL DOS  
1067 SANTOS FILHO informa que foram introduzidos neste mês mais informes aos costumeiros,  
1068 que foi a comparação da evolução das receitas do exercício, sem os rendimentos das  
1069 aplicações financeiras, evidenciando sua influência não só devido ao aumento do saldo de  
1070 caixa, mas principalmente pelo substancial acréscimo de suas taxas ocorridas ultimamente  
1071 em decorrência da política monetária adotada pelo Banco Central; complementando, foi  
1072 apresentado também ensaio das projeções para o total do exercício e comparando os dados  
1073 utilizados na reprogramação orçamentária; e com base nesses documentos que foram  
1074 apresentados para a CPFi, a Comissão opinou favoravelmente à aprovação do relatório.  
1075 Colocando à plenária para que seja feita aprovação das contas de agosto. O Conselheiro  
1076 Titular RONALDO DUSCHENES manifesta-se dizendo que: “ Eu me sinto muito pouco à  
1077 vontade de aprovar as contas no geral, até por estar há pouco tempo no CAU. Acredito que  
1078 apresentação para a plenária deveria ser um pouco mais didática. A relação do orçamento  
1079 anual separando em previsto e realizado Quais são as contas efetivamente que estão sendo  
1080 analisadas: salários, custos fixos, custos variáveis, enfim, de forma que a gente consiga ver, e  
1081 o demonstrativo de resultado também. Então eu não consigo ver, eu não consigo dizer, "puxa  
1082 vida, mas estamos gastando muito, estamos gastando pouco". Qual é a vantagem disso? É o  
1083 fato de que acredito que a plenária tenha condições de, conhecendo bem os números,  
1084 contribuir com eventuais cortes ou eventuais advenços ou eventuais receitas que possam  
1085 melhorar o nosso resultado. E justamente nesse momento que a gente percebe que estamos  
1086 entrando em uma espiral descendente, nós temos que ser muito cuidadosos. Eu falo isso  
1087 porque estando na Comissão de Ética nós estamos analisando, vendo aquelas críticas que  
1088 aconteciam na gestão passada antes das eleições onde o pessoal dizia e desdizia um monte  
1089 de bobagens. A gente não tem nenhuma condição de dizer sim ou não, a nossa confiança foi  
1090 uma confiança muito pessoal e continua sendo uma confiança muito pessoal, eu tenho  
1091 confiança absoluta, senão não estaria aqui. Mas me sentiria muito melhor se eu pudesse  
1092 olhar os números com planilhas, com outra forma de apresentação, uma forma mais  
1093 didática”. Por exemplo, quando você coloca a evolução das receitas, ok, mas eu não entendo  
1094 de onde vêm as receitas. Por que elas acontecem assim. As receitas de 2015, o que veio de  
1095 juro, o que veio de receita de RRT? Depois, como está programada a despesa e como a  
1096 relação acontece? Isso tudo eu acho que é uma construção de longo prazo, eu não imagino  
1097 que você na semana que vem ou na próxima plenária já traga alguma coisa totalmente  
1098 pronta que seja bem didática para nós, mas eu acredito que é um processo gradativo. Isso  
1099 nós fizemos, levou uns 4 anos na Federação das Indústrias para a gente sair de um ponto  
1100 onde não se entendia nada para um ponto onde todo mundo conseguia entender, porque se



1101 apresentava uma planilha que se houvesse alguma dúvida de algum conselheiro, ele  
1102 apontava aquele lugar, abria aquele item e fechava de novo, aquele item era explicado e não  
1103 o conjunto. Mas o conjunto estava disponível para todo mundo, a transparência acabou se  
1104 dando com mais facilidade. Quando se falava em salários, o medo que a Federação das  
1105 Indústrias tinha de publicar os salários dos funcionários era enorme, até que um dia publicou  
1106 e daí para diante desapareceu. "Puxa, o cara está ganhando R\$16.000,00 (dezesesseis mil), olha  
1107 que absurdo". Isso todo mundo viu, isso é salário de mercado, R\$16.000,00 (dezesesseis mil).  
1108 Então é um processo de crescimento esse processo de apresentação e participação nossa".  
1109 O Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES explica que esta também é  
1110 uma preocupação da CPFi, pois os Conselheiros são arquitetos e não contadores ou  
1111 administradores, e exemplifica: " por exemplo, já tivemos diversas reuniões extraordinárias  
1112 para tentar avaliar a parte contábil e a parte financeira do CAU, que apesar de andarem  
1113 juntas, não necessariamente são os mesmos relatórios, porque às vezes tem uma conta que é  
1114 paga esse mês, só que na contabilidade só vai ser descontada no mês seguinte, então isso  
1115 gera diferença, por exemplo, em relatório financeiro com relatório contábil. E para nós da  
1116 CPFi era muito difícil entender". O Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES questiona:  
1117 "Quer dizer, nós estamos fazendo por caixa ou por competência? É essa a pergunta e  
1118 normalmente se faz por competência. Então a despesa no fim do ano já aparece". Com a  
1119 palavra novamente o Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES adianta  
1120 que na programação financeira que vai ser apresentada na sequência a CPFi trabalha por  
1121 centro de custos, imposta pelo CAU/BR, justamente para ficar mais fácil o entendimento; e  
1122 dentro disso a CPFi já solicitou algumas subdivisões, e exemplifica: "por exemplo, qual custo  
1123 das Regionais? Quanto é Cascavel, quanto é Maringá, quanto é Curitiba, para os Conselheiros  
1124 de um modo geral tentar entender como é a evolução dos gastos de cada uma das Regionais  
1125 e o que é, por exemplo, de Comunicação, o que é de Ética, o que é de Fiscalização. Da parte  
1126 da CPFi, poderia destrinchar mais no plenário, só não sei se isso não seria muito complicado e  
1127 demorado. Então de nossa parte, a maioria dos documentos estão ali". O Presidente  
1128 JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicita a palavra, e contribui dizendo que a metodologia  
1129 aplicada no primeiro mandato já sofreu contribuições, e sugestões da CPFi, e que a fala do  
1130 Conselheiro RONALDO DUSCHENES pode ser a de outros Conselheiros, então o Presidente  
1131 solicita ao Coordenador da CPFi IDEVALL DOS SANTOS FILHOS e ao Assessor Financeiro e  
1132 Gerente Geral do CAU/PR NILTO ROBERTO CERIOLI, que deixe uma cópia de toda  
1133 documentação apresentada ao Conselheiro RONALDO DUSCHENES, que com a experiência  
1134 que ele tem e na medida do possível possa contribuir com suas sugestões; e complementa:  
1135 "Nós não podemos fazer aqui um jogo só de confiança, acho fundamental. Não é o meu  
1136 dinheiro que está aqui, senão a confiança bastaria, acho que a questão é de processo, é  
1137 processual, depois tem auditoria, etc. e tal. Então todas as sugestões são bem vindas.". Dando  
1138 andamento no relato da CPFi, o Coordenador, coloca a análise de toda a documentação feita  
1139 pela CPFi desta vez de uma forma um pouco mais resumida devido a grande quantidade de  
1140 documentos, e informa: "Se a gente tivesse que apresentar também todos esses  
1141 documentos, ficaria bem extenso. Então a CPFi tentou comprimir, mas toda essa  
1142 documentação está disponível para qualquer Conselheiro a qualquer momento". A  
1143 Conselheira Suplente ENEIDA KUCHPIL, manifesta-se acreditando entendeu o que o  
1144 Conselheiro RONALDO DUSCHENES quis dizer, e que nem é bem a questão da documentação,



1145 e observa: “a documentação a gente sabe que está lá e é função da Comissão observar.  
1146 Talvez, essa apresentação possa ser um pouco visual, com gráficos no lugar de planilhas. Tem  
1147 coisas até que já podem até não ter sido gastos, por exemplo, esses R\$ 300.000,00 (trezentos  
1148 mil reais) mas já estão comprometidos no planejamento do ano, dos patrocínios. Agora,  
1149 claro, se alguém nesse ponto disser, "puxa, que estranho, tinha uma previsão de gasto de  
1150 R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e foram gastos por algum motivo R\$700.000,00  
1151 (setecentos mil reais)", algum Conselheiro poderia até pedir, olhar as contas, enfim. Acho  
1152 que não é o caso, isso realmente a Comissão tem mais tempo de olhar, senão ficaria um caos  
1153 olhar tudo isso, senão não teria Comissão, teria toda plenária. Acho que estão perfeitas as  
1154 contas, acredito que só a maneira de apresentar para a plenária esta um pouco confusa.  
1155 Então se tivesse mais gráficos, mais comparativos, até a gente poderia ver, "bom, tinha uma  
1156 previsão do conselho receber quanto durante o ano e o que está acontecendo durante os  
1157 meses, está diminuindo, mas diminuindo quanto?". Então um gráfico de barras já resolveria  
1158 isso, a gente enxergaria muito claramente. A questão dos números às vezes confunde um  
1159 pouco”. O Presidente esclarece que como encaminhamento a CPFi não teria condições em  
1160 uma manhã de elaborar os gráficos, e lembra que todas as planilhas estão anexas à ata da  
1161 comissão, e ressalta que, o que precisa ser feito é fazer então chegar aos Conselheiros, além  
1162 das planilhas, também os gráficos, porque além do demonstrativo e da ata que é  
1163 absolutamente necessária por ser formal, se for produzido os gráficos junto com as planilhas,  
1164 a apresentação ficaria mais clara. O Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES sugere que a  
1165 documentação seja enviada com alguns dias de antecedência aos Conselheiros. O Presidente  
1166 lembra que já existiu este procedimento que o CAU/PR fazia chegar a todos os Conselheiros  
1167 todos os relatórios, e isso gerou um volume de informação e começou gerando queixas,  
1168 então acabou-se restringindo este procedimento. O Setor financeiro o último a parar de  
1169 enviar para todos os relatórios completos, e pode ser o primeiro a voltar; porém o Presidente  
1170 alerta que, assim sendo, os relatórios enviados aos *e-mails* do Conselheiros não estarão ainda  
1171 aprovados pela CPFi. Esclarecido os assuntos, o Presidente coloca para votação a aprovação  
1172 do balancetes, e a prestação de contas do relatório financeiro de agosto de 2015  
1173 acompanhando o voto da Comissão de Planejamento e Finanças que foi favorável. A plenária  
1174 aprova o balancete e a prestação de contas; com abstenção de voto do Conselheiro Titular  
1175 RONALDO DUSCHENES. Para finalizar o relato da CPFi, o Coordenador informa que com  
1176 relação ao Plano de Ação e Orçamento de 2016 (ANEXO XXII), a CPFi esta procurando atender  
1177 a documentação apresentada pelo CAU/BR que estabelece que os UFs devem estar com essa  
1178 documentação aprovada, inclusive pelas plenárias, até o dia 9 de outubro que é o prazo  
1179 máximo de entrega; e explica que esse plano de ação é composto pelas planilhas de centro  
1180 de custo, o demonstrativo de usos e fontes e a proposta orçamentária. Então a Comissão  
1181 analisou esse plano de ação e orçamento para 2016 e com base nessa análise dos valores  
1182 projetados e suas respectivas distribuições complementadas pelas informações e os  
1183 esclarecimentos prestados pelos responsáveis e entende que as projeções atendem às  
1184 necessidades de planejamento do CAU/PR no exercício vindouro e atendem as orientações  
1185 contidas nas “Diretrizes de elaboração do plano de ação e orçamento do CAU exercício 2016”  
1186 fornecida pelo CAU/BR e aprovadas pelo plenário no mesmo da quadragésima quarta reunião  
1187 plenária de 23 de julho de 2015, previu para o CAU/PR um total de receitas na ordem de  
1188 R\$9.472.391,00 (nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil e trezentos e noventa e um



1189 reias) que acrescido dos superávits dos exercícios anteriores, apresenta um total de  
1190 R\$12.717.977,00 (doze milhões setecentos e dezessete mil e novecentos e setenta e sete  
1191 reais); a Comissão opinou favorável à aprovação do plano, e enfatiza que a CPFi está  
1192 atendendo ao CAU/BR, então esses valores foram fornecidos pelo CAU/BR. Porém para a sua  
1193 aplicação, devemos estabelecer um corte. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR,  
1194 intervém explicando que o que está sendo encaminhando para a plenária é: “o CAU/BR nos  
1195 deu como Resolução um índice para ser aplicado em cima do orçamento de 2015, nos deu os  
1196 itens máximos e mínimos de composição das rubricas e nos deu um prazo para aprovar.  
1197 Então eu peço que a plenária nos apoie para cumprirmos o prazo já que os índices e as  
1198 rubricas foram aprovadas pelo BR e que por, hoje é a última plenária antes do dia 9 de  
1199 outubro, data que o relatório deve chegar à Comissão de Finanças do CAU/. Temos nosso  
1200 Conselheiro Federal na Comissão de Finanças do CAU/BR e eu tenho um compromisso com  
1201 ele, para assuntos financeiros do CAU/PR com o CAU/BR: pendência zero. Assim, ele tem  
1202 autoridade para fazer as cobranças, como tem feito junto à comissão nacional. Por exemplo,  
1203 não se fazia prestação de contas regulares do CAU/BR à Comissão de Finanças Nacional. A  
1204 partir de agora está se fazendo trimestralmente, porque dizem que não tem condições de  
1205 fazer mensalmente. Então eu peço à plenária que se sentir confortável, aprovar essa previsão  
1206 orçamentária 2016 com essas condições”, e esclarece, que da parte do CAU/PR não será este  
1207 o número a ser trabalhado para o ano 2016; pois será adotado, com a concordância dos  
1208 Conselheiros e da Comissão de Planejamntos e Finanças, os valores de 2015 sem a  
1209 reformulação orçamentária considerando que esta é a nossa previsão para a arrecadação  
1210 “real” de 2016. Colocado em votação, a plenária acompanha o voto da CPFi e aprova previsão  
1211 orçamentária 2016. Encerrado o relato da Comissão, o Presidente dá andamento na pauta .-.-

1212 **3 Palavra do Conselheiro Federal.**-----  
1213 O Presidente apresenta o relato da 43 (quadragésima terceira) reunião ordinária da CPFi do  
1214 CAU/BR, que aconteceu em 10 de setembro de 2015, (ANEXO XXIII) apresentado pelo  
1215 Conselheiro Federal MANOEL DE OLIVEIRA FILHO. O Presidente inicia a leitura do relato: “  
1216 Item 1 -CSC e Aportes ao Fundo de Apoio – Relatado pelo Coordenador Anderson Fioretti/ES,  
1217 informa que foram apresentadas as propostas com cortes e as consequências dos cortes.  
1218 Como o funcionamento do SICCAU abaixo da necessidade e o Planejamento sem a aprovação  
1219 da compra de *software*”; nesse momento o Presidente interrompe a leitura e comenta que  
1220 todos os estados contribuem com um valor mensal para o funcionamento do SICCAU,  
1221 inclusive com um fundo de contingência no valor de 6,93% (seis inteiro e noventa e três  
1222 décimos por cento), o Presidente comenta que o valor referente a reformulação  
1223 orçamentaria para 2016 chegou para os presidentes aos 48 (quarenta e oito) minutos do  
1224 segundo tempo; hoje existem 21 (vinte e um) funcionários para a gestão do SICCAU no  
1225 CAU/BR, a maioria de livre provimento; e complementa: “ Pelo lei 12.378 o CAU/BR recebe  
1226 20%(vinte por cento) do total da arrecadação dos UFs por recolhimento compulsório e agora  
1227 estamos chegando a 30% (trinta por cento) da receita, com o argumento que é para a gestão  
1228 do SICCAU”, e lembra aos Conselheiros que: “Chegamos a um momento, vocês todos  
1229 sentiram, semana passada o SICCAU saiu do ar, ficou três dias fora; Vocês sabem por quê?  
1230 Acabou a memória do CPD do CAU/BR do SICCAU. Aí foi feita uma relocação de memória de  
1231 2TB (TERABYTE). Então há, da nossa parte uma preocupação com a fragilidade de  
1232 planejamento nessa gestão. E hoje não é o CAU/Paraná, são quinze estados que estão com





1233 dificuldades financeiras. Então nós temos uma perspectiva até março de 2016 em  
1234 atendimento à Resolução do BR que prevê uma partilha com a emissão de 12 (doze) boletos  
1235 fixos com data de vencimento e os CAUs/UFs recolhem aos cofres do CAU/BR no dia  
1236 marcado, com previsão de juros para atraso. E se continuar a queda na arrecadação? Então  
1237 nós temos um proposta. Até março de 2016 vamos contribuir e reavaliar as finanças. Se não  
1238 tiver correspondência de entrada proporcional os CAUs/UFs vamos tentar uma revisão dos  
1239 valores de contribuição ao CSC. Nesse momento o Presidente solicita ao Vice-Presidente IRÃ  
1240 JOSE TABORDA DUDEQUE que prossiga com a leitura do relato: “ Item 2 - Programação CPF  
1241 2016 – Relatado pela assessora de planejamento Filomena que fala sobre a definição dos  
1242 números de reuniões para definir o planejamento. Item 3 - Resolução Anuidades e  
1243 Negociações de Débitos – Relatado pelo assistente técnico Leonardo, que informa que foi  
1244 adiada para finalizar a elaboração da padronização e normatização da cobrança. Item 4 -  
1245 Reprogramação 2015 CAU/MS – Relatado pela assessora de planejamento Filomena, que diz  
1246 que foi apresentado os motivos da Reprogramação onde a Comissão aprovou por  
1247 unanimidade, e irá para aprovação na Plenária Ampliada Extraordinária junto com os outros  
1248 estados, exceto RJ e MA que não fizeram a Reprogramação. Item 5 - Estrutura do Relatório  
1249 Trimestral de Prestação de Contas – Relatado pelo assistente técnico Renato, que mostrou o  
1250 novo sistema de apresentação da Prestação de Contas mais completa, como será  
1251 trimestralmente do CAUBR. Foi em atendimento a uma solicitação do Conselheiro Federal no  
1252 início do ano, onde será permitido o acesso aos itens apresentados com mais transparência e  
1253 informação para análise dos gastos. Item 6 - Cenário de Arrecadação Junho e julho – Relatado  
1254 pela assessora de planejamento Filomena, que fez a apresentação dos itens onde mostrou  
1255 uma queda acentuada da arrecadação de RRT’s no mês de Agosto 2015. A assessora disse  
1256 que irá fazer uma análise da arrecadação do mês de setembro 2015 para verificar se a queda  
1257 continuará, para depois analisar uma nova ação para os demais meses com base ao novo  
1258 quadro de arrecadação”. O Vice-Presidente continua fazendo a leitura do relato, dessa vez  
1259 falando sobre a 2ª Reunião Extraordinária do CGCSC – Colegiado de Governança do Centro de  
1260 Serviços Compartilhados e CSC – Centro de Serviços Compartilhados; a pauta discutida foi  
1261 sobre os investimentos dos CAU/UF’s, onde o coordenador da CPF do CAU/BR o Sr.  
1262 ANDERSON FIORETI DE MENEZES apresentou os Planos de Investimentos; e após  
1263 apresentação iniciou-se as propostas para revisão do plano que aconteceu com as mudanças  
1264 e cortes sugeridos pelos representantes do CGCSC e CSC, motivados da queda de  
1265 arrecadação de RRT’s. Como houve entendimento entre os participantes foi aprovado a nova  
1266 Reformulação, sendo levado para a Plenária Extraordinária para aprovação; que ocorreu no  
1267 dia 11 de setembro, sendo essa a 3ª Reunião Plenária Ampliada Extraordinária do CAU/BR,  
1268 nessa reunião foram aprovadas 03 Resoluções e 02 Liberações todas com aprovações  
1269 unânimes. No dia 24 e 25 de setembro aconteceu a 46ª (quadragésima sexta) Reunião  
1270 Plenária Ordinária do CAU/BR, sendo aprovado a Ata da 45ª (quadragésima quinta) Reunião  
1271 Plenária Ordinária CAU/BR, sendo 21 votos a favor e 05 abstenções. O Ouvidor do CAU/BR  
1272 ROBERTO SIMON relatou as melhorias do sistema RIA e a Padronização das informações para  
1273 os CAU/UF’s. Os relatos dos coordenadores de comissões foram feitos sobre as atividades de  
1274 cada comissão sem nenhum tema de grande relevância para ser comentado. Na ordem do  
1275 dia foram aprovadas 05 Deliberações Plenárias todas por unanimidade, e uma Pauta Especial  
1276 para apresentação do Projeto de Código de Obras do DF e o novo Sistema de Aprovação de



1277 Projetos de Arquitetura do DF, relatados pelos arquitetos e urbanistas Luiz Otávio Chaves,  
1278 Secretário Adjunto de Gestão do Território do Governo do DF. Na extra pauta teve a  
1279 aprovação do Modelo de Declaração Negativa Individual de Antecedentes Éticos por 25 votos  
1280 e 01 abstenção. Por fim, o Vice-Presidente conclui o relato do Conselheiro Federal lendo o  
1281 último item que diz respeito a Comunicação dos Conselheiros e Assuntos de interesse Gerais,  
1282 que são alguns relatos dos conselheiros: “1) NAPOLEÃO/CE – se for aprovado a sugestão de  
1283 fazer um refis dos débitos dos profissionais irá penalizar os profissionais que pagaram em dia.  
1284 Sendo que o não pagamento é uma falta Ética o que precisa é colocar em prática. 2)  
1285 CELSO/MT – sugestão para a implantação do CAU/JOVEM junto as academias, para que os  
1286 futuros profissionais já tenham um contato com o futuro Conselho. 3) RICARDO/SC –  
1287 perguntou ao Presidente a respeito da UIA 2020 sobre a reunião que houve no RJ e ele disse  
1288 que faria no final. 4) JANOT/RJ – fez a sugestão para que os débitos dos profissionais não  
1289 sejam enquadrados como falta Ética e sim estudar outro tipo de cobrança. 5)  
1290 WELLINGTON/PI - o profissional faria uma declaração de incapacidade de pagamento  
1291 solicitando uma suspensão do registro sem tempo determinado. Quando tivesse condições  
1292 retornaria ao sistema CAU sem necessidade de pagamento do tempo em que ficou suspenso.  
1293 6) PRESIDENTE HAROLDO PINHEIRO-CAU/BR – falou da reunião no RJ referente a UIA 2020,  
1294 foi para a constituição de um grupo para assinar contratos e outras realizações. Montagem  
1295 de uma Comissão Relatora composta de 03 membros dos estados do RJ, SP e BA. E a  
1296 discussão sobre o local da realização da UIA 2020 estão achando o Rio Centro muito longe, e  
1297 o local mais interessante é o Museu de Arte Moderna. 7) Apresentação da 2ª Pesquisa do  
1298 Datafolha sobre a Imagem da Arquitetura e Urbanismo, que enviei para o Presidente. 8)  
1299 houve um fato importante com relação ao PRESIDENTE HAROLDO, que foi a participação dele  
1300 em um comercial, vinculado em TV aberta, da empresa de estruturas metálicas Gravia.  
1301 Chegou no início da tarde do dia 25 setembro 2015 na Plenária irritado por que ficou  
1302 sabendo de comentários que estava sendo feito sobre sua participação. O mesmo começou  
1303 dando justificativa pelo ocorrido e no final de sua fala somente os 03 conselheiros saíram em  
1304 defesa dele, o JANOT, RENATO e CELSO e mais o Ouvidor SIMON. Eu pedi a palavra e disse a  
1305 ele que como presidente do CAU/BR e no momento estamos discutindo a Ética para os  
1306 profissionais que recebem Reserva Técnica, ficou uma situação que pode gerar interpretação  
1307 dúbia por parte dos arquitetos e que não deveria ter participado deste comercial”. Nada a  
1308 mais a referir, o Vice-Presidente IRÃ JOSE TABORDA DUDEQUE encerra o relato.....

#### 1309 **4 Extra Pauta.....**

1310 Dando início ao último item da pauta da plenária, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR,  
1311 solicita ao Conselheiro Titular IRÃ JOSE TABORDA DUDEQUE, designado como relator,  
1312 apresente a sua análise sobre a solicitação de apoio feita pelo arquiteto ORLANDO RIBEIRO  
1313 para o projeto TRICA 2016 (Trinal de Cultura Arquitetônica) (ANEXO XXIV); o Conselheiro  
1314 informa que esse apoio foi entendido como sendo um apoio sem qualquer previsão de  
1315 apoio comercial, um apoio formal; segundo a justificativa é porque o projeto está sendo  
1316 encaminhado para a lei Rouanet, justificando que é para a realização de um festival de  
1317 Cultura Arquitetônica. O Conselheiro comenta que o público básico do CAU/BR é a sociedade,  
1318 e não os arquitetos, e no caso do projeto apresentado acredita que a sociedade nunca foi tão  
1319 abrangida em um projeto como esse, e que segundo o projeto, vão ser atingidos homens e  
1320 mulheres de todas as faixas de idade de 12 a 70 anos, e todas as classes sociais ali no público



1321 alvo, A, B, C, e D; sendo da forma apresentada e supondo a intenção de um apoio formal, o  
1322 Conselheiro não vê nenhuma objeção. Então, apesar da abrangência, da falta de  
1323 detalhamento, parece que existe uma possibilidade do CAU, em declarando esse apoio,  
1324 poder contribuir com a indicação de outras entidades, desta forma o Presidente acredita que  
1325 se o Conselheiro não viu problemas, o CAU/PR pode emitir esse documento com as possíveis  
1326 ressalvas que o Conselheiro IRÃ JOSE TABORDA DUDEQUE venha orientar. Finalizando o  
1327 assunto, a plenária vota pelo apoio da emissão do documento que será elaborado pelo Vice-  
1328 Presidente, endossado pelo jurídico e assinado pelo Presidente do CAU/PR.-----  
1329 **Nada mais a tratar, o Presidente Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece**  
1330 **aos Conselheiros presentes e, às dezenove horas e cinco minutos do dia vinte e oito de setembro**  
1331 **de dois mil e quinze, declara encerrada esta Reunião de nº 048 (nona de 2015) do CAU/PR.-----**  
1332 Para constar, eu, ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA, Assistente de Plenária Ad hoc deste Conselho,  
1333 lavro a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será rubricada por mim em todas as páginas e,  
1334 ao final, assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.-----

JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
Presidente do CAU/PR  
CAU A8657-6

ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA  
Assistente de Plenária CAU/PR



## ANEXOS

- Anexo I - Resolução nº 1048 do CONFEA.
- Anexo II - Decisão Normativa nº106 do CONFEA.
- Anexo III - Pesquisa Data Folha.
- Anexo IV - Questionário Câmaras Técnicas do CAU/PR.
- Anexo V - Ata CEP.
- Anexo VI - Ata CEF.
- Anexo VII - Ata da CED.
- Anexo VIII Listagem de arquivamento Setor Jurídico.
- Anexo IX - Quarto Seminário Regional de Ética e Disciplina.
- Anexo X - Reunião COA em Porto Alegre (COA/RS, COA/PR, COA/SC e COA/BR).
- Anexo XI - Relatório Setor Atendimento.
- Anexo XII - Relatório Dep. Comunicação – Setor Design e Marketing.
- Anexo XIII - Relatório Dep. Comunicação – Setor Ouvidoria.
- Anexo XIV - Relatório Dep. Administrativo.
- Anexo XV - Minuta Acordo Coletivo de Trabalho.
- Anexo XVI - Ata CPFi.
- Anexo XVII - Relatório Contábil nº68.
- Anexo XVIII - Relatório Contábil nº69.
- Anexo XIX -Quadro do Resumo com as Evoluções e Receitas de 2014 e 2015 com Rentabilidade financeira.
- Anexo XX - Quadro do Resumo com as Evoluções e Receitas de 2014 e 2015 sem Rentabilidade financeira.
- Anexo XXI - Aprovação das Contas de Agosto.
- Anexo XXII - Plano de Ação e Orçamento de 2016.
- Anexo XXIII - Relato do Conselheiro Federal.
- Anexo XXIV - TRICA 2016 (Trinal de Cultura Arquitetônica).
- Anexo XXV – Lista de Presença.